

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013****SENHORES ACIONISTAS**

A Administração do Banco Panamericano S.A. (“Banco”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As Informações Anuais apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas estatutárias.

**EVENTOS RECENTES**

Em 04 de fevereiro de 2013, o Pan concluiu investimento em uma participação na Spaggy Pagamentos S.A., empresa pré-operacional de prestação de serviços de aquisição.

No dia 26 de abril de 2013, o Banco adquiriu, por R\$351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. - em liquidação extrajudicial (“Banco Cruzeiro do Sul”), originada por 237 convênios com órgãos públicos das 3 esferas, além de 7 convênios com empresas do setor privado. A referida carteira contava com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. A aquisição, através de leilão público em lote único, incluiu também a transferência do sistema Consig Card, desenvolvindo especialmente para o tratamento das propostas do cartão consignado, e com ela a Companhia reforçou sensivelmente a sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

Em 14 de maio de 2013, o Banco lançou a nova identidade visual para a sua marca corporativa, que passou a ser “Banco Pan”. A mudança simboliza uma nova fase do Pan, que unificou suas estruturas e marcas corporativas sob uma mesma identidade, conservando a especialização no atendimento de cada segmento de negócios. Serão tomadas as medidas administrativas necessárias para que a razão social da Companhia também seja alterada, em conformidade com a nova marca.

Em 26 de novembro de 2013, a agência de classificação de risco Standard & Poor’s (“S&P”) atribuiu ao Pan o rating de crédito de longo prazo em escala global “BB+” e o rating de crédito de longo prazo em escala nacional “brAA”. Segundo a S&P, as notas se baseiam na posição de liquidez adequada do Pan, no suporte de *funding* que recebe de ambos os seus acionistas controladores e na sua importância estratégica para o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”).

Em 28 de novembro de 2013, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (“REFIS”) referente às contribuições ao PIS e COFINS no período compreendido entre os anos de 2006 e 2012. Desta forma, o Pan realizou naquela data o pagamento à vista da importância de R\$536,2 milhões, se beneficiando da redução de 100% dos juros, juros sobre multas, e multas aplicados sobre os valores das respectivas contribuições, que correspondiam a R\$288,9 milhões, e pondo fim à discussão judicial que possuía sobre o tema.

Por fim, em 09 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) de sua emissão, no valor corrigido até aquela data por suas taxas de emissão de R\$500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a esses CDBs. Como resultado deste acordo, o Pan apurou ganho contábil imediato de R\$83,5 milhões e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

**ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS**

Por ocasião da entrada do BTG Pactual no bloco de controle do Pan e para reiterar seu compromisso de manutenção da parceria estratégica, a Caixa Econômica Federal (“Caixa”) firmou com o Banco, com a intervenção do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um novo Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desajar cedê-los, sem coibição, até o limite de R\$8,0 bilhões; e (ii) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$2,0 bilhões. Estas operações são realizadas em condições de mercado.

Em 25 de abril de 2012, o BTG Pactual e a Caixa aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31 de janeiro de 2011 para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplique, observada a legislação, recursos adicionais em depósitos interfineiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Pan.

Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios da Companhia e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da Brazilian Finance & Real Estate (“BFRE”), o Pan e a Caixa celebraram, também em 25 de abril de 2012, um acordo comercial por meio do qual a Caixa adquire, mediante solicitação da Companhia, letras de crédito imobiliário emitidas pelo Pan ou por companhia hipotecária ou securitizadora por ele controlada, conforme o caso. Esse acordo comercial passou a vigorar, pelo prazo de 7 anos, a partir da conclusão da aquisição da BFRE, em 19 de julho de 2012.

Em 13 de setembro de 2012, a Caixa e o Pan firmaram, com a intervenção e anuência da Caixa Participações S.A. (“Caixapar”) e do BTG Pactual, entre outros, um acordo operacional que estabelece um regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Seus objetivos são criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação dos portfólios de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros.

Por fim, em 17 de abril de 2013, a Caixa e o Pan firmaram outro acordo comercial, desta vez para: (i) divulgação de produtos da Caixa através dos canais de distribuição do Pan; e (ii) origemação pelo Pan, para a Caixa, de créditos imobiliários junto a clientes de alta renda.

Os diversos acordos operacionais e comerciais firmados desde a formação do atual bloco de controle do Pan, entre este e seus acionistas controladores, Caixa e BTG Pactual, demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

**AMBIENTE ECONÔMICO**

Com relação à atividade econômica, o PIB do 3º trimestre declinou 0,5% em relação ao trimestre anterior, após ajustes para efeitos sazonais, e expandiu-se 2,2% em relação ao mesmo período de 2012. Do lado da oferta, apesar de apenas a agricultura ter apresentado queda, de 3,5% em relação ao trimestre anterior, a desaceleração frente ao 2º trimestre foi generalizada. A indústria registrou crescimento de apenas 0,1% no 3º trimestre, frente a 2,2% no 2º trimestre, enquanto as atividades de serviços também registraram avanço bastante modesto. Do lado da demanda, o destaque negativo ficou com o investimento, onde a formação bruta de capital fixo caiu 2,2% na comparação com o 2º trimestre. Já o consumo privado mostrou um desempenho melhor no 3º trimestre, após resultados bastante modestos nos dois trimestres anteriores, assim como o consumo do governo. Já o setor externo registrou uma contribuição negativa, pois a queda nas exportações foi maior do que nas importações.

No setor externo, o saldo em conta-corrente registrou déficit de US\$8,7 bilhões em dezembro. Com este resultado, o déficit acumulado em doze meses subiu para US\$81,4 bilhões, atingindo 3,7% do PIB. A deterioração da conta-corrente em 2013 reflete principalmente: (i) a enorme queda na balança comercial, de aproximadamente US\$19,4 bilhões em 2012 para US\$2,6 bilhões em 2013; e (ii) um aumento de US\$10,8 bilhões no déficit da conta de serviços.

Sobre a inflação, o IPCA de dezembro ficou em 0,92%. Assim, a inflação acumulada em 2013 ficou em 5,91%, acima dos 5,84% registrados em 2012. Além disso, vale destacar que a inflação de preços livres foi de 7,3% em 2013, bem acima dos 6,5% observados em 2012 e, portanto, que o índice poderia ter se elevado ainda mais não fosse a inflação muito baixa nos itens regulados, de 1,5% em 2013 frente a 3,7% em 2012. Em função de riscos de outros aumentos nos combustíveis e da maior inflação nos preços livres, ambos pressionados por uma maior depreciação do câmbio, é provável que o cenário em 2014 para a inflação seja bastante desafiador.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego caiu para 4,3% em dezembro, comparada a 4,6% em novembro. O resultado decorre da combinação de um ligeiro aumento na população ocupada com queda nos desocupados. Desta forma, a taxa de desemprego atingiu o seu menor nível desde o início da série em 2002. Com ajuste sazonal, a taxa teria ficado estável em relação a novembro (em 5,1%). Notamos, no entanto, que houve nova retração da população economicamente ativa (“PEA”) e que a taxa de participação (PEA/população em idade ativa) caiu para 56,7%, ficando um pouco abaixo da média histórica de 57,0%. Lembramos também que, ao longo do 4º trimestre, a população ocupada permaneceu ligeiramente abaixo do mesmo período em 2012. O rendimento médio real cai em dezembro, o que interrompeu o crescimento de quatro meses consecutivos da massa de rendimentos. Assim, apesar de dinâmicas setoriais específicas e eventuais sinais de fraqueza na expansão do emprego e da renda, continuamos não esperando discontinuidades importantes nos próximos meses.

Em relação ao mercado de crédito, em linha com o observado ao longo do ano, os saldos das operações continuaram a mostrar crescimento moderado em dezembro, de 14,6% na comparação anual frente a 14,7% em novembro, com o crédito direcionado crescendo 24,5% e o crédito livre 7,8% na mesma base de comparação. As instituições públicas ampliaram novamente sua participação nos saldos das operações de crédito, atingindo 51,2% frente a 50,9% em novembro. Com relação aos aspectos qualitativos notamos que, em linha com o ciclo de alta da Selic, as taxas de juros do crédito livre fecharam o ano em 29,0%, frente a 25,3% em dezembro de 2012. Já a inadimplência das pessoas físicas no crédito livre fechou 2013 em 6,7%, abaixo dos 8,0% registrados em dezembro de 2012. Acreditamos que os dados de dezembro não sinalizem alterações importantes nas principais tendências do mercado de crédito, como crescimento moderado, maior dinamismo do crédito direcionado, queda gradual da inadimplência e algum aumento de taxas de juros.

Sobre a situação fiscal, o superávit do setor público consolidado atingiu R\$10,5 bilhões em dezembro, fazendo com que o superávit acumulado em 2013 totalize 1,9% do PIB. Com este desempenho, a razão dívida líquida/PIB encerrou o ano passado em 33,8%, abaixo dos 35,3% registrados em 2012. Para 2014, o governo já anunciou que deverá adotar uma postura mais austera, procurando reduzir gastos, e provavelmente não promoverá novas desonerações. Entretanto, existem riscos associados às despesas com obras voltadas para os eventos esportivos, pressões nas despesas com energia e impactos não esperados dos incentivos fiscais já concedidos.

Finalmente, ressaltamos que o Copom deu prosseguimento ao ciclo de aperto monetário durante o 4º trimestre, encerrando o ano com a taxa Selic em 10,0% a.a. Em janeiro de 2014 o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a Selic em mais 50 pontos-base, para 10,5% a.a., e indicou que novos aumentos poderão ocorrer, ainda que possivelmente em menor ritmo.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

Mesmo neste contexto de desempenho moderado da atividade econômica, gradual redução da inadimplência dos indivíduos e política monetária mais restritiva, a origemação de ativos de crédito teve crescimento sensível em relação ao trimestre anterior, mantendo sua trajetória de crescimento no longo prazo. Assim, a origemação média mensal de créditos foi de R\$1.305,0 milhões no 4º trimestre de 2013, 15,3% acima dos R\$1.131,6 milhões do 3º trimestre de 2013 e 31,3% superior aos R\$994,2 milhões do 4º trimestre de 2012. O crescimento da produção no 4º trimestre de 2013 foi impulsionado principalmente pela maior origemação de créditos para empresas, veículos e imobiliários, que registraram crescimento de 47,2%, 15,4% e 12,3%, respectivamente, em relação ao trimestre anterior. No ano de 2013, a origemação média mensal de créditos foi de R\$1.172,5 milhões, 61,1% acima da média mensal de R\$727,9 milhões em 2012.

A Carteira Total de Crédito era de R\$15.675,5 milhões ao final do 4º trimestre, 5,1% maior do que a carteira de R\$14.916,5 milhões em setembro de 2013 e 14,0% maior do que os R\$13.755,5 milhões de dezembro de 2012. Este valor inclui: (i) a carteira de créditos retida no Banco, de R\$14,4 bilhões; (ii) os créditos cedidos com coibição, no montante de R\$498,7 milhões; (iii) a totalidade das carteiras cedidas a FIDCs, no valor de R\$614,3 milhões, sendo que o Banco detinha cotas dos referidos FIDCs no valor de R\$203,3 milhões; (iv) o saldo das operações de leasing, de R\$139,2 milhões; e (v) o saldo das operações de avais e fianças, no valor de R\$18,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2013, o Pan possuía aplicações em títulos privados no valor de R\$56,0 milhões. Assim, a Carteira Total de Crédito Expandida, incluindo tais operações, atingiu R\$15.731,5 milhões no final do 4º trimestre de 2013.

O saldo da carteira de crédito com resultado retido, que exclui da carteira total os créditos cedidos com coibição e, desta forma, fornece a medida da carteira que rende receitas de juros para a Companhia, por sua vez, manteve crescimento superior ao da Carteira Total de Crédito, como tem acontecido à medida que as carteiras cedidas com coibição no passado vencem, tendo atingido R\$15.176,8 milhões no fim do 4º trimestre, com crescimento de 6,3% em relação ao trimestre anterior e de 20,5% em relação ao mesmo trimestre de 2012.

O crédito para Pessoas Físicas correspondia a 78,5% da carteira total em dezembro de 2013, mostrando diversificação ligeiramente maior de negócios em relação à participação de 80,5% do crédito para Pessoas Físicas registrada no final de dezembro de 2012.

**Financiamento de Veículos**

Segundo o Bacen, o saldo de crédito para aquisição de veículos totalizou R\$192,8 bilhões no 4º trimestre de 2013, com queda real de 2,1% ante o trimestre anterior e de 5,8% ante o último trimestre de 2012. A modalidade representa 25,9% do saldo de crédito livre destinado às famílias. Já a carteira de leasing, que representa 1,1% do saldo de crédito para as famílias, continua se retraindo e registra queda real de 13,6% e 57,5% ante o 3º trimestre de 2012 e nos últimos doze meses, respectivamente.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias nos financiamentos de veículos foi de 5,2% no 4º trimestre de 2013, registrando quedas de 0,5p.p. e 1,3p.p. na comparação com o trimestre imediatamente anterior e com o mesmo trimestre de 2012, respectivamente. Destaca-se que a máxima histórica do indicador foi alcançada em junho de 2012 (7,2%), tendo recuado gradativamente desde então. As taxas de juros cobradas das famílias para aquisição de veículos atingiram 21,3% a.a. no 4º trimestre, com recuo de 0,4p.p. em relação ao 3º trimestre de 2013 e avanço de 1,5p.p. em doze meses.

De acordo com a Fenabrave, foram vendidas 3,4 milhões de unidades de veículos leves (automóveis e comerciais leves novos e usados) no 4º trimestre de 2013, avanço de 6,9% em relação ao mesmo período de 2012, com a comercialização de usados subindo 11,4% e as vendas de novos registrando queda de 3,1%. Na comparação com o trimestre anterior, houve avanço de 1,2% no mercado de veículos novos e recuo de 2,1% no segmento de usados (dados com ajuste sazonal).

Já as vendas de veículos pesados (ônibus e caminhões) atingiram 148,5 mil unidades no 4º trimestre de 2013, alta de 12,0% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, com alta de 9,5% no segmento de novos e expansão de 13,3% no mercado de usados. Na comparação com o trimestre anterior, houve recuo de 5,2% no mercado de pesados novos e de 1,3% no segmento de pesados usados (dados ajustados sazonalmente).

Ainda de acordo com a Fenabrave, as vendas de motos no 4º trimestre de 2013 totalizaram 1 milhão de unidades, incluindo novas e usadas, com avanço de 7,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (queda de 2,1% no segmento de motos novas e alta de 14,0% no mercado de usadas). Na comparação com o trimestre anterior, houve recuo de 1,0% no mercado de motos novas e alta de 0,7% no segmento de motos usadas (dados ajustados sazonalmente).

O financiamento de veículos continuou sendo o principal mercado de atuação da Companhia. Foram concedidos R\$1.660,8 milhões em novos financiamentos no 4º trimestre de 2013, incluindo as operações de arrendamento mercantil, varil 15,4% maior do que os R\$1.439,6 milhões originados no trimestre anterior e 18,7% maior do que os R\$1.399,5 milhões originados no 4º trimestre de 2012.

O Banco está ativamente presente em 7.178 concessionárias autorizadas e lojas multimarcas de veículos novos e usados, com alto grau de pulverização da origemação de financiamentos, onde os 10 maiores grupos de concessionárias e revendedoras respondem por apenas 12,0% da origemação total. Sua estratégia em veículos leves tem sido orientada pela busca de participação relevante tanto no segmento de automóveis novos como no de usados. Neste sentido, cabe destacar que, no 4º trimestre de 2013, o financiamento de automóveis nas concessionárias respondeu por 58,4% dos financiamentos de veículos leves e 47,5% do financiamento total de veículos no período, percentuais comparados, respectivamente, aos 61,1% e 49,5% do trimestre anterior e aos 49,9% e 41,2% do 4º trimestre de 2012.

Os financiamentos de veículos pesados tiveram produção média mensal de R\$35,8 milhões no 4º trimestre de 2013, 8,3% acima do trimestre anterior e 14,9% acima do 4º trimestre de 2012. Os financiamentos de motos, por sua vez, tiveram produção média mensal de R\$66,7 milhões no 4º trimestre de 2013, 15,9% acima do trimestre anterior e 32,8% acima do 4º trimestre de 2012.

A atual administração do Pan trabalha desde o seu início no aprimoramento dos modelos de aprovação, sistemas e processos de crédito do Banco. Como fruto deste trabalho, vem sendo alcançada uma melhoria substancial da qualidade das carteiras originadas, como demonstram os indicadores antecedentes de qualidade das safas originadas desde o 2º semestre de 2011.

**Crédito Pessoal**

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito pessoal total (consignado e não consignado) totalizou R\$319,5 bilhões no último trimestre de 2013, acumulando recuo real de 0,4% ante o trimestre imediatamente anterior e avanço de 8,1% em relação ao mesmo período de 2012. A modalidade representa 42,9% do saldo de crédito livre para as famílias.

A carteira de crédito consignado atingiu R\$221,8 bilhões, registrando variações reais de 0,3% e 10,9% na comparação com o 3º trimestre de 2013 e no comparativo anual, respectivamente. Dentre os três segmentos que compõem o crédito consignado, o estoque de crédito para trabalhadores públicos foi o que registrou maior expansão real anual (+11,6%), seguido por beneficiários do INSS (+11,3%) e trabalhadores privados (+4,3%). Destaca-se que os empréstimos para servidores públicos representam 61,8% do estoque de crédito consignado total. Já o saldo de crédito pessoal não consignado alcançou R\$97,6 bilhões, registrando recuo real de 2,0% em relação ao 3º trimestre de 2013 e expansão de 2,2% em doze meses.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias atingiu, em dezembro de 2013, 4,0% do saldo de crédito pessoal total, com recuo de 0,2p.p. em relação ao 3º trimestre de 2013 e de 0,8p.p. nos últimos 12 meses. A queda no índice agregado foi determinada pelo comportamento dos atrasos do segmento sem consignação, que atingiram 7,0% em dezembro de 2013: recuo de 2,0p.p. em doze meses. Já a taxa de inadimplência da modalidade com consignação em folhas de pagamentos atingiu 2,6%: recuo de 0,1p.p. em relação ao 4º trimestre de 2012, com destaque para a queda de 0,8p.p. no segmento privado na mesma base de comparação, atingindo 5,2%.

O Pan concedeu R\$953,5 milhões em novos créditos consignados no 4º trimestre de 2013, valor 1,8% maior do que os R\$936,4 milhões do trimestre anterior e 104,0% acima dos R\$467,3 milhões originados no 4º trimestre de 2012. Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$126,6 milhões em novos financiamentos entre setembro e dezembro, com redução de 18,5% em relação ao trimestre anterior e aumento de 4,9% em relação ao mesmo trimestre de 2012.

**Cartões**

A base de cartões de crédito fechou o 4º trimestre de 2013 com 1,9 milhões de plásticos. Foram emitidos no último trimestre 40,2 mil novos cartões de crédito convencionais e 82,2 mil novos cartões de crédito consignados (totalizando 174,7 mil novos cartões de crédito consignados emitidos no 2º semestre de 2013), da base adquirida do Banco Cruzeiro do Sul. O volume transacionado com os cartões de crédito Pan atingiu o montante de R\$780,2 milhões no 4º trimestre, 19,0% acima do trimestre anterior e 12,1% maior do que no mesmo período de 2012. Tal crescimento foi impulsionado por ações de ativação e promoções de incentivo ao uso dos cartões.

As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa de cartões tiveram redução de 26,1% no último trimestre de 2013 em relação ao trimestre anterior, enquanto as despesas administrativas aumentaram 3,6%, impactadas pela retomada da operação de cartões consignados. Considerando apenas a operação de cartões convencionais, a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e as despesas administrativas tiveram, na comparação do 4º trimestre com o anterior, reduções de 10,1% e 4,3%, respectivamente. No ano de 2013, excluindo da base de comparação a operação de cartões consignados, adquirida em abril de 2013, a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e as despesas administrativas de cartões tiveram reduções significativas: de 45,4% e 10,1%, respectivamente.

**Empresas**

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito livre para empresas totalizou R\$769,2 bilhões no 4º trimestre de 2013, registrando avanço real de 1,8% em relação ao 3º trimestre de 2013 e alta real de 2,0% em doze meses. Esta carteira representa, atualmente, 15,9% do PIB, com recuo de 0,2p.p. em doze meses. Dentre as modalidades de financiamento às empresas, a carteira de capital de giro totalizou R\$388,1 bilhões, representando 50,9% do saldo de crédito PJ.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias do crédito livre para as empresas representou 3,1% da carteira de crédito no 4º trimestre de 2013, registrando queda de 0,3p.p. na comparação com o 3º trimestre de 2013 e de 0,6p.p. no comparativo anual. Os atrasos no segmento de capital de giro registraram queda de 0,2p.p. em doze meses, atingindo o patamar de 3,6% no último trimestre de 2013.

A concessão de novos financiamentos do Pan para empresas foi de R\$863,8 milhões no 4º trimestre de 2013, valor 47,2% acima dos R\$587,0 milhões do trimestre anterior e 13,5% acima dos R\$761,4 milhões do 4º trimestre de 2012. Toda esta base de comparação inclui a origemação de créditos para construtoras e incorporadoras, anteriormente reportada na seção de crédito imobiliário para pessoas jurídicas.

Desta forma, a carteira de crédito para empresas, incluindo avais e fianças, atingiu R\$3.267,5 milhões no final de dezembro, com aumento de 8,4% em relação ao trimestre anterior e expansão de 33,1% em relação ao 4º trimestre de 2012. Estes dados também incorporam as carteiras de créditos para construtoras e incorporadoras anteriormente reportadas na carteira de crédito imobiliário para pessoas jurídicas. O saldo das operações em dólares, de ACC e CCE, era de R\$688,1 milhões no final de dezembro de 2013, contra R\$578,8 milhões no final de setembro, representando um aumento de 18,9% no trimestre, e R\$475,3 milhões no 4º trimestre de 2012, representando um crescimento de 44,8% em 2013.

A carteira de crédito expandida para empresas, incluindo as aplicações em títulos privados no valor de R\$56,0 milhões, atingiu R\$3.323,5 milhões no final do 4º trimestre de 2013.

**Crédito Imobiliário**

O saldo de crédito imobiliário para pessoas físicas (taxas livres+taxas reguladas) totalizou R\$341,5 bilhões no último trimestre de 2013, crescimento real de 4,8% em relação ao trimestre anterior e alta de 26,3% em relação ao mesmo período de 2012. Desse total, R\$305,0 bilhões correspondem a recursos com taxas reguladas, com crescimento de 4,9% e 25,4% no comparativo com o 3º trimestre de 2013 e em doze meses, respectivamente. O saldo de crédito imobiliário contratado a taxas de mercado atingiu R\$36,4 bilhões, crescimento real de 3,7% em relação ao 3º trimestre de 2013 e alta real de 34,2% em doze meses. A modalidade conta com uma das menores taxas de atrasos do segmento de financiamento para as famílias: a inadimplência total (over 90) atingiu, em dezembro de 2013, 1,6% da carteira de crédito imobiliário, recuo de 0,4p.p. na comparação com o 3º trimestre de 2013 de 0,3p.p. no comparativo anual. Em novembro de 2013, o crédito imobiliário para pessoas físicas correspondeu a 7,1% do PIB, avanço de 1,3p.p. nos últimos doze meses.

O Pan originou R\$310,4 milhões em financiamentos imobiliários no 4º trimestre de 2013, volume 12,3% superior ao do trimestre anterior, sendo: (i) R\$298,1 milhões em créditos concedidos para pessoas físicas, contra R\$258,6 milhões no trimestre anterior, dos quais R\$155,6 milhões em operações de refinanciamento (Crédito Fácil), R\$137,9 milhões para a aquisição de imóveis e R\$4,6 milhões em outras modalidades; e (ii) R\$12,3 milhões em créditos adquiridos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Brazilian Securities”) para securitização.

A carteira de crédito imobiliário atingiu R\$648,3 milhões no final de dezembro. Este valor é 15,3% maior do que o saldo da carteira de R\$562,3 milhões acumulada no final do trimestre anterior e 32,4% maior do que o saldo da carteira de R\$489,5 milhões no 4º trimestre de 2012.

**Seguros**

Os prêmios de seguros totalizaram R\$40,6 milhões no 4º trimestre de 2013, com crescimento de 4,5% em relação aos prêmios de R\$38,8 milhões do trimestre anterior e crescimento de 16,5% na comparação com o 4º trimestre de 2012, quando os prêmios totalizaram R\$34,8 milhões. Em 2013, os prêmios de seguros totalizaram R\$163,4 milhões, com expressivo crescimento de 32,8% em relação ao faturamento de R\$123,0 milhões em 2012.

Os principais produtos da Pan Seguros S.A. (“Pan Seguros”) no trimestre foram: (i) o seguro de crédito (Pan Protege), cujos prêmios totalizaram R\$30,5 milhões, ou 75,1% do total; (ii) o seguro DPVAT, com R\$6,5 milhões, correspondendo a 16,0% do total; (iii) o seguro contra perda ou roubo de cartões, com prêmios de R\$1,8 milhão, representando 4,4% do total; (iv) o seguro habitacional, com receita de R\$1,6 milhão, o equivalente a 3,9% do total; e (v) os consórcios, cujos resultados totalizaram R\$0,2 milhão, ou 0,5% do total.

As despesas administrativas da Pan Seguros somaram R\$4,8 milhões no 4º trimestre de 2013, com redução de 17,5% em relação ao trimestre anterior e um aumento de 106,3% em relação ao mesmo período de 2012. Desta forma, o resultado operacional da Pan Seguros foi de R\$13,3 milhões no trimestre, com crescimento de 14,7% se comparado ao resultado de R\$11,6 milhões do trimestre anterior, e aumento de 12,7% em relação ao resultado de R\$11,8 milhões no mesmo trimestre de 2012. Em 2013, o resultado operacional da Pan Seguros foi de R\$77,6 milhões, 32,6% acima do resultado operacional de R\$58,5 milhões em 2012.

O lucro líquido consolidado da Pan Seguros no 4º trimestre foi de R\$22,5 milhões, incluindo o efeito líquido não recorrente de R\$7,8 milhões da adesão ao REFIS. Desta forma, o resultado ficou 87,2% acima dos R\$12,0 milhões do 3º trimestre de 2013 e 56,9% acima dos R\$9,7 milhões do mesmo trimestre de 2012. Em 2013, o lucro líquido consolidado da Pan Seguros foi de R\$54,3 milhões, 45,9% acima do lucro de R\$37,2 milhões em 2012.

O Patrimônio Líquido da Pan Seguros atingiu R\$181,3 milhões em 31 de dezembro de 2013, 8,4% acima dos R\$167,2 milhões do 3º trimestre de 2013 e 7,8% acima dos R\$168,2 milhões do 4º trimestre de 2012.

**Captação de Recursos**

Os recursos captados totalizaram R\$17,6 bilhões em dezembro de 2013, 4,4% acima do saldo de R\$16,8 bilhões no final do 3º trimestre de 2013 e 21,4% acima do saldo de R\$14,5 bilhões no final do 4º trimestre de 2012, acompanhando as necessidades de financiamento dos ativos. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interbancários, que representavam 51,7% do total, ou R\$9,1 bilhões; (ii) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio e os certificados de recebíveis imobiliários, que correspondiam a 12,6% do total, ou R\$2,2 bilhões; (iii) as letras financeiras, que representavam 12,7% do total, ou R\$2,2 bilhões; (iv) as emissões de títulos e dívida subordinada no exterior, no valor de R\$2,0 bilhões, representando 11,7% do total; (v) os empréstimos no exterior, que correspondiam a 1,4% do total, ou R\$238,4 milhões; (vi) as captações no mercado aberto, que correspondiam a 6,2% do total, ou R\$1,1 bilhão; e (vii) as cessões de créditos com coibição, que correspondiam a 2,8% do total, ou R\$498,7 milhões.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua nova estrutura de controle acionário, o Banco vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Como consequência, o saldo de captações através de depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (“DPGE”) foi novamente reduzido, terminando o 4º trimestre de 2013 em R\$421,0 milhões, 11,5% abaixo dos R\$475,7 milhões do final do 3º trimestre de 2013 e 20,0% abaixo dos R\$526,0 milhões do 4º trimestre do ano anterior.

Da mesma forma, o saldo de captações através de cessões de carteiras de crédito com coibição vem sendo gradualmente reduzido à medida que as carteiras cedidas no passado vencem, uma vez que o Pan não realizou mais tais cessões sob a atual administração. Assim, o saldo de R\$498,7 milhões em carteiras cedidas com coibição ao final do 4º trimestre representou uma redução de 21,3% em comparação ao saldo de R\$634,1 milhões no final do trimestre anterior e uma queda de 56,9% em relação ao saldo de R\$1.157,8 milhões no final do 4º trimestre de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, os depósitos a prazo eram compostos por captações junto a: (i) administradores de recursos e investidores institucionais, com participação de 78,6%; (ii) pessoas jurídicas, com 10,8%; e (iii) pessoas físicas, com 10,6%. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Pan declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

**Custos e Despesas**

A soma das despesas de pessoal, tributárias e outras despesas administrativas alcançou R\$416,8 milhões no 4º trimestre de 2013, comparada a R\$405,7 milhões no 3º trimestre de 2013 e a R\$392,3 milhões no 4º trimestre de 2012. No entanto, excluindo destes valores os efeitos nos resultados não recorrentes de: (i) despesas extraordinárias de honorários jurídicos, incorridas no 4º trimestre de 2013 em razão da adesão ao REFIS e da celebração de acordo judicial para encerramento do litígio em relação a CDBs de emissão da Companhia; e (ii) revisão dos critérios de apuração do PIS e da COFINS relativos aos anos de 2011 e 2012, realizada no 4º trimestre de 2012; as despesas recorrentes de pessoal, tributárias e outras despesas administrativas somaram R\$408,6 milhões no 4º trimestre de 2013, valor 0,7% maior do que os R\$405,7 milhões do trimestre anterior e 0,2% menor do que os R\$409,4 milhões do 4º trimestre de 2012, mantendo sua trajetória de sensível redução em termos reais (descontada a inflação), apesar do crescimento da origemação de ativos de crédito no período comparado.

A adequação da estrutura de custos do Pan à sua capacidade de origemação de receitas é analisada de forma contínua. Assim, a estrutura de custos do Banco está dimensionada conforme as atuais expectativas da administração para os futuros volumes e margens de operações de crédito. Caso o ambiente econômico e mercadológico interfira na evolução do nosso plano de negócios, medidas adicionais de ajuste de custos serão tomadas para garantir tal adequação, como comprovam as recentes medidas de ajuste da estrutura organizacional (ver Eventos Subsequentes).

**Lucro Líquido, Patrimônio e Alavancagem**

O Pan apresentou no 4º trimestre de 2013 um resultado negativo de R\$182,9 milhões no balanço consolidado, comparado ao resultado negativo de R\$20,5 milhões no trimestre anterior e ao resultado negativo de R\$38,4 milhões no mesmo trimestre de 2012. Cabe destacar, no entanto, que o resultado do 4º trimestre de 2013 foi fortemente impactado pelos seguintes eventos não recorrentes: (i) adesão ao REFIS referente às contribuições ao PIS e COFINS no período compreendido entre os anos de 2006 e 2012, com resultado positivo de R\$29,2 milhões e impacto negativo de R\$175,2 milhões em razão da não ativação do prejuízo fiscal decorrente da referida adesão (este prejuízo fiscal poderá ser ativado no futuro, dependendo do aproveitamento do prejuízo fiscal já ativado); (ii) pagamento de honorários jurídicos referentes à adesão ao REFIS, no valor líquido de impostos de R\$3,7 milhões; (iii) acordo judicial para encerramento

\* continuação

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012			31/12/2013	31/12/2012		
<b>Circulante</b>		<b>8.429.711</b>	<b>5.371.779</b>	<b>9.672.162</b>	<b>7.169.692</b>	<b>Circulante</b>		<b>12.056.733</b>	<b>8.802.019</b>	<b>13.024.291</b>	<b>10.042.900</b>
Disponibilidades	5	36.806	28.163	47.763	36.767	Depósitos	17.a	8.120.280	5.750.486	7.779.471	5.159.205
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.167.367	450.747	1.164.314	450.350	Depósitos à vista		178.301	101.616	178.058	101.560
Aplicações no mercado aberto		1.076.933	334.877	1.076.933	334.877	Depósitos interfinanceiros		6.519.942	4.447.185	6.340.276	4.104.741
Aplicações em depósitos interfinanceiros		90.434	115.870	87.381	115.473	Depósitos a prazo		1.422.037	1.201.685	1.261.137	952.904
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	454.296	148.512	480.738	409.188	Captações no mercado aberto	17.b	1.034.884	1.055.057	1.029.285	1.034.179
Carteira própria	7.a	281.203	67.126	243.252	304.250	Carteira própria		370.807	815.335	365.208	794.457
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	130.597	45.259	185.274	68.810	Carteira de terceiros		664.077	239.722	664.077	239.722
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	21.962	10.016	31.676	10.016	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	1.676.695	693.591	2.391.831	1.602.731
Vinculados à prestação de garantias		20.534	26.111	20.534	26.111	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.664.954	670.835	2.380.090	1.552.429
Outras aplicações		-	-	2	1	Recursos de Debêntures		-	-	-	27.546
Relações interfinanceiras		28.466	27.794	28.466	27.794	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		11.741	22.756	11.741	22.756
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		2.345	1.267	2.345	1.267	Relações interfinanceiras		138.700	161.870	129.740	152.364
Correspondentes no país		26.121	26.527	26.121	26.527	Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	2	-	2
Operações de crédito	8	4.317.921	2.841.630	5.220.694	3.954.334	Correspondentes no país	18	138.700	161.868	129.740	152.362
Operações de crédito - setor privado		4.810.334	3.294.862	6.168.576	4.936.658	Relações interdependências		603	7.375	603	7.375
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(492.413)	(453.232)	(947.882)	(982.324)	Recursos em trânsito de terceiros		603	7.375	603	7.375
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	79.173	150.400	Obrigações por empréstimos	19.a	-	56.817	122.719	139.838
Operações de arrendamento a receber		-	-	95.133	181.848	Empréstimos no país - Outras Instituições		-	-	1.458	37.401
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	-	-	(15.960)	(31.448)	Empréstimos no Exterior		-	56.817	121.261	102.437
Outros créditos		2.278.409	1.767.014	2.434.166	1.993.422	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	1.698	738	1.698	2.943
Carteira de câmbio	9.a	428.518	371.506	428.518	371.506	Instrumentos financeiros derivativos		1.698	738	1.698	2.943
Rendas a receber		-	1.597	30	2.434	Outras obrigações		1.083.873	1.076.085	1.568.944	1.944.265
Negociação e intermediação de valores		720	1.898	2.854	3.574	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.516	3.703	4.752	3.852
Prêmios de seguros a receber		-	-	13.285	10.038	Sociais e estatutárias		-	11	1.702	4.632
Recebíveis imobiliários	10	-	-	45.794	52.323	Fiscais e previdenciárias	22.a	32.617	15.962	172.035	192.298
Títulos e créditos a receber	8 e 12	605.216	498.833	605.216	498.833	Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	-	-	153.851	143.946
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(42.582)	(31.366)	(43.731)	(31.798)	Negociação e intermediação de valores		6.235	855	153.833	90.943
Diversos	12	1.286.537	924.546	1.382.200	1.086.512	Dívidas subordinadas	20	72.007	162.339	72.007	162.339
Outros valores e bens		146.446	107.919	216.848	147.437	Diversas	22.b	968.498	893.215	1.010.764	1.346.255
Outros valores e bens	13.a	85.030	118.359	126.735	141.756			<b>5.312.753</b>	<b>4.892.294</b>	<b>6.261.281</b>	<b>6.012.487</b>
(Provisão para desvalorização)	13.a	(49.023)	(93.312)	(52.170)	(98.925)	Depósitos	17.a	1.534.937	1.503.828	1.485.834	1.454.923
Despesas antecipadas	13.b	110.439	82.872	142.283	104.606	Depósitos interfinanceiros		64.099	45.766	64.099	45.766
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>10.006.403</b>	<b>9.607.406</b>	<b>11.608.552</b>	<b>11.050.842</b>	Depósitos a prazo		1.470.838	1.458.062	1.421.735	1.409.157
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	135.124	296.945	66.383	59.041	Captações no mercado aberto	17.b	57.712	45.677	57.712	45.677
Aplicações em depósitos interfinanceiros		135.124	296.945	66.383	59.041	Carteira própria		57.712	45.677	57.712	45.677
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	874.931	1.926.776	1.257.482	2.046.320	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	2.185.904	1.574.427	2.732.915	1.962.027
Carteira própria	7.a	179.474	796.797	444.064	809.329	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.509.741	984.595	2.056.752	1.345.528
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	310.096	816.029	385.551	889.315	Recursos de Debêntures		-	-	-	26.667
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	177.927	195.319	183.924	195.319	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		676.163	589.832	676.163	589.832
Vinculados à prestação de garantias		207.434	118.631	243.943	152.357	Obrigações por empréstimos	19.a	-	-	217.130	305.181
Operações de crédito	8	6.764.725	5.019.309	7.474.008	5.973.062	Empréstimos no país - Outras Instituições		-	-	100.000	100.000
Operações de crédito - setor privado		7.072.738	5.381.431	7.822.427	6.428.510	Empréstimos no Exterior		-	-	117.130	205.181
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(308.013)	(362.122)	(348.419)	(455.448)	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	20.259	3.458	9.239	4.576
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	36.676	123.634	Instrumentos financeiros derivativos		20.259	3.458	9.239	4.576
Operações de arrendamento a receber		-	-	44.069	149.489	Outras obrigações		1.513.941	1.764.904	1.758.451	2.240.103
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	-	-	(7.393)	(25.855)	Fiscais e previdenciárias	22.a	28.957	614.419	165.388	800.581
Outros créditos		1.935.030	2.120.679	2.475.133	2.575.727	Negociação e intermediação de valores		-	-	2.207	79.300
Carteira de câmbio		-	7	-	7	Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	-	-	29.086	-
Créditos específicos		-	-	4.800	3.778	Dívidas subordinadas	20	1.288.620	1.032.290	1.288.620	1.032.290
Negociação e intermediação de valores		-	-	-	120	Diversas	22.b	196.364	118.195	273.150	328.202
Recebíveis imobiliários	10	-	-	147.956	102.275			<b>2.460</b>	<b>1.543</b>	<b>2.460</b>	<b>1.543</b>
Benefício residual em Operações Securitizadas	11	-	-	13.158	17.328	Resultados de exercícios futuros		2.460	1.543	2.460	1.543
Títulos e créditos a receber	8 e 12	23.069	11.527	23.069	11.527	<b>Participação de Acionistas Minoritários</b>		-	-	<b>21</b>	<b>24</b>
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(146)	(115)	(150)	(854)	Participação de acionistas minoritários		-	-	21	24
Diversos	12	1.912.107	2.109.260	2.286.300	2.441.546	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>2.308.053</b>	<b>2.552.409</b>	<b>2.304.860</b>	<b>2.471.895</b>
Outros valores e bens		296.593	243.697	298.870	273.058	Capital social:	24	2.867.020	2.867.020	2.867.020	2.867.020
Despesas antecipadas	13.b	296.593	243.697	298.870	273.058	De domiciliados no país		2.556.338	2.469.731	2.556.338	2.469.731
<b>Permanente</b>		<b>1.243.885</b>	<b>1.269.080</b>	<b>312.199</b>	<b>308.315</b>	De domiciliados no exterior		310.682	397.289	310.682	397.289
Investimentos		1.178.359	1.230.267	777	788	Ajustes de avaliação patrimonial		(16.286)	(978)	(16.286)	(978)
Participações em controladas	14.a	1.177.956	1.229.864	-	-	Lucros/(prejuízos) acumulados		(542.681)	(313.633)	(545.874)	(394.147)
Outros investimentos	14.b	403	403	777	788	<b>Total do Passivo</b>		<b>19.679.999</b>	<b>16.248.265</b>	<b>21.592.913</b>	<b>18.528.849</b>
Imobilizado de uso	15	37.722	14.807	65.431	42.216						
Imóveis de uso		-	-	2.530	2.530						
Outras imobilizações de uso		72.180	47.495	105.296	79.778						
(Depreciações acumuladas)		(34.458)	(32.688)	(42.395)	(40.092)						
Intangível	16	27.804	24.006	245.991	265.311						
Ativos intangíveis		50.802	36.768	306.014	300.858						
(Amortizações acumuladas)		(22.998)	(12.762)	(60.023)	(35.547)						
<b>Total do Ativo</b>		<b>19.679.999</b>	<b>16.248.265</b>	<b>21.592.913</b>	<b>18.528.849</b>						

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**PARA O 2º SEMESTRE DE 2013 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		2º Semestre/2013	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>		<b>2.019.912</b>	<b>3.907.130</b>	<b>2.814.155</b>	<b>4.535.333</b>
Rendas de operações de crédito	8.h	1.894.132	3.616.996	2.285.585	4.063.305
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.h	-	-	67.004	107.777
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	118.183	242.890	140.048	340.697
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	(34.245)	(70.495)	327.942	(53.412)
Resultado de operação de câmbio	9.b	41.842	117.739	60.580	117.739
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(1.158.857)</b>	<b>(2.246.646)</b>	<b>(2.485.355)</b>	<b>(2.523.408)</b>
Operações de captação no mercado	17.d	(734.396)	(1.353.175)	(1.255.110)	(1.428.583)
Operações de empréstimos e repasses	19.b	(1.608)	(9.003)	(1.244)	(90.318)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.d	(422.853)	(884.468)	(1.229.001)	(1.004.507)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>861.055</b>	<b>1.660.484</b>	<b>328.800</b>	<b>671.848</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(1.016.553)</b>	<b>(1.857.095)</b>	<b>(1.281.087)</b>	<b>(1.431.655)</b>
Receitas de prestação de serviços	25	167.841	332.443	277.738	368.574
Resultado de equivalência patrimonial	14.a	(1.076)	39.034	35.148	-
Receita de prêmios ganhos de seguros	23.e	-	-	129.020	92.546
Despesas de sinistros retidos	23.e	-	-	(43.878)	(31.695)
Despesas de pessoal	26	(99.852)	(186.178)	(150.086)	(430.255)
Outras despesas administrativas	27	(657.246)	(1.276.509)	(1.092.350)	(1.263.420)
Despesas tributárias	28	(75.047)	(146.446)	(86.989)	(217.434)
Outras receitas operacionais	29.a	139.777	253.848	163.443	303.897
Outras despesas operacionais	29.b	(490.950)	(873.287)	(427.	

\* continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

#### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Panamericano S.A. ("Banco" "Banco PAN" "PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento a empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros dos ramos prestamista, de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais - DPVAT, e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de "funding" para as suas operações, o Banco PAN adotou a política de proceder à cessão de créditos de sua carteira de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras e para fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDCs") constituídos com essa finalidade. A cessão de crédito faz parte da estrutura operacional da instituição, resultando no imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações com FIDCs, quando aplicável, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na nota 2.

Demonstra-se a seguir a composição acionária atual do Banco PAN.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	149.156.346	51,00	33.114.219	13,65	182.270.565	34,06
Caixa Participações S.A. - CaixaPar	143.307.049	49,00	54.802.722	22,59	198.109.771	37,02
Conselho de Administração	5	-	-	-	5	-
Mercado	-	-	154.695.734	63,76	154.695.734	28,92
<b>Total</b>	<b>292.463.400</b>	<b>100,00</b>	<b>242.612.675</b>	<b>100,00</b>	<b>535.076.075</b>	<b>100,00</b>

#### Aquisição

##### a) Ourinvest Real Estate Holding S.A.

Em 28/12/2011, o Banco PAN firmou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Ourinvest Real Estate Holding S.A. ("Ourinvest"), os acionistas da Ourinvest ("Acionistas Ourinvest"), a TPG-Axon BFRE Holding, LLC ("TPG-Axon"), a Coyote Trail LLC ("Coyote"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e a Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE"), visando à assinatura de contratos definitivos para regular a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE ("Aquisição").

A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages e BM Sua Casa; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores para o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), por meio da Brazilian Securities, que é a maior companhia securitizadora do Brasil. A aquisição vem adicionar ao Banco PAN uma plataforma consolidada de originação de crédito com margens atraentes e garante a expansão de seu portfólio de produtos de crédito em um mercado com grande potencial de crescimento, assim como a ampliação da sua rede de distribuição, com a incorporação dos pontos de venda da BM Sua Casa.

A BFRE foi reorganizada a fim de segregar, em uma nova sociedade, as ações de emissão da Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários ("Brazilian Capital") - a qual desenvolve as atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação ("Ativos de Gestão"), dos demais ativos e participações detidas pela BFRE. Em adição à participação na Brazilian Capital, não foram igualmente objeto da Aquisição pelo Banco PAN: (i) as atividades de administração de fundos de investimento imobiliários, que foram desenvolvidas pela Brazilian Mortgages ("Atividades de Administração"); e (ii) os investimentos proprietários em cotas de fundos de investimento imobiliários ou em participação detidos direta ou indiretamente pela BFRE e/ou por qualquer de suas Controladas ("Ativos Proprietários").

Os referidos Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários não são de interesse do Banco PAN, pois não fazem parte da sua atividade principal de concessão de crédito e financiamento, exigiriam capital mínimo adicional e não possuem sinergia com as suas atividades. Desta forma, foi objeto da Aquisição apenas os ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas Controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities) ("Ativos de Originação, Financiamento e Securitização"). O valor global da Aquisição de 100% das participações na BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, e, portanto, para a aquisição dos Ativos de Originação, Financiamento e Securitização, foi de R\$ 940.361 ("Valor de Aquisição"). Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco PAN realizada em 25/04/2012, foi aprovada a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE), conforme os Fatos Relevantes divulgados em 28/12/2011 e 01/02/2012.

O BACEN aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária para o Banco PAN em 11/06/2012. Em 19/07/2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A. ("BPMB IV"), por meio da qual foi cindida da BFRE e vertido para a BPMB IV o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos ("Brazilian Capital"). Após a cisão e na mesma data, foi concluída a aquisição indireta, pelo Banco PAN, de 100% do capital social da BFRE, e consequentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas controladas da BFRE. Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios do Banco PAN e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da BFRE, o Banco PAN e a CAIXA celebraram, também em 25/04/2012, um Acordo Comercial por meio do qual a CAIXA adquirirá, mediante solicitação do Banco PAN, letras de crédito imobiliário e certificados de recebíveis imobiliários, emitidos pelo Banco PAN ou por companhia hipotecária ou securitizadora por ele controlada, conforme o caso. Esse Acordo Comercial vigorará pelo prazo de 7 (sete) anos, a contar da conclusão da aquisição da BFRE.

Por fim, o Banco BTG Pactual S.A. e a CAIXA aderiram ao Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31/01/2011 com o Banco PAN, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplicará, observada a legislação aplicável, recursos adicionais em certificados de depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Banco PAN.

Apresentamos a seguir, para efeito de comparabilidade, as principais linhas da demonstração do resultado da Ourinvest e suas empresas controladas no exercício findo em 31/12/2013:

	31/12/2013
<b>Demonstração do Resultado</b>	414.566
Receitas da intermediação financeira	(263.426)
Despesas da intermediação financeira	151.078
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	18.569
Receitas de prestação de serviços	(83.639)
Despesas de pessoal	(85.648)
Despesas administrativas	(24.992)
Outras receitas/despesas operacionais	(24.992)
<b>Resultado operacional</b>	(24.632)
Resultado não operacional	(1.375)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	(26.007)
Imposto de renda e contribuição social	11.670
<b>Prejuízo</b>	(14.337)

#### b) Carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Em 26/04/2013, o Banco PAN adquiriu, pelo valor de R\$ 351,0 milhão, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. - em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios, dentre órgãos públicos das 3 esferas, quer da administração direta ou indireta, além de 7 convênios com empresas do setor privado, por meio de leilão público em lote único.

A referida carteira conta com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. Com esta aquisição, a Companhia reforçou sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

A aquisição gerou um deságio de R\$ 27.424 mil e despesas com a aquisição de R\$ 17.550 mil, que serão apropriados ao resultado do Banco PAN, pelo prazo médio de liquidação da carteira adquirida.

#### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco PAN S.A. ("Banco") estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDCs ("Consolidado"), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2013, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 17/02/2014.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %	31/12/2013	31/12/2012
<b>Controlada direta:</b>			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97	
PAN Seguros S.A.	99,99	99,99	
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	99,99	99,99	
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda.	99,99	99,99	
Ourinvest Real Estate Holding S.A. (a)	100,00	100,00	
<b>Controlada indireta:</b>			
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99	
Brazilian Finance e Real Estate S.A. (a)	100,00	100,00	
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (a)	99,99	99,99	
BMSR II Participações S.A. (a)	99,99	99,99	
Brazilian Securities Companhia de Securitização (a)	99,99	99,99	
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (a)	99,99	99,99	
<b>Entidades de Propósitos Específicos - EPES:</b>			
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios			
CDC Veículos do Banco PAN ("Caixa CDC FIDC") (b) (c)	100,00	100,00	
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master			
CDC Veículos do Banco PAN ("Caixa Master CDC FIDC") (b) (d)	100,00	100,00	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FBP - Financeiro ("FIDC FBP") (b) (e)	-	-	100,00

- (a) Empresas adquiridas em 2012 e consolidadas a partir de julho de 2012 (Nota 1);
- (b) O percentual está representado pelas cotas subordinadas detidas pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07;
- (c) Atual denominação do Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos ("Autopan FIDC");
- (d) Atual denominação do Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos ("Master Pan FIDC"); e
- (e) FIDC encerrado em 28/06/2013, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

#### Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado das operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e no resultado das controladas são apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de "Outras obrigações - diversas", líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica "Rendas de operações de crédito", na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento, na rubrica "Operações de captação no mercado". A receita auferida pelo Banco referente à variação de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários", foi eliminada contra a rubrica "Operações de captação no mercado", com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica "Resultado de operações de arrendamento mercantil".

**Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDCs")** - Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atende a outras condições para consolidação previstas na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

Os FIDCs foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados e possuem as seguintes características:

FIDC	Administrador	Tipo condomínio	Prazo de duração	Amortizações
Caixa CDC FIDC	Caixa Econômica Federal ("CAIXA")	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
Caixa Master CDC FIDC	Caixa Econômica Federal ("CAIXA")	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.

#### I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs.

O objetivo dos FIDCs é adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor - CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido em seus regulamentos, os FIDCs buscam, mas não garantem, atingir determinada rentabilidade de percentual, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	Rentabilidade
Caixa CDC FIDC	108 % do CDI
Caixa Master CDC FIDC	112% do CDI

#### II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130

(a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16/03/2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco PAN passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Em 31/12/2013, o Banco possuía em cotas subordinadas o montante de R\$ 203.304 de um total em R\$ 203.304 (em 31/12/2012, R\$ 293.954 e R\$ 441.486, respectivamente).

A diferença do Patrimônio Líquido dos FIDCs é representada pelas cotas subordinadas. Esta relação é apurada diariamente e informada aos cotistas mensalmente.

**III. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.** Não há previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizadas com os FIDCs Caixa CDC FIDC e o Caixa Master CDC FIDC. O Banco subscreve e deve manter, no mínimo, 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se ocorrer porventura o desequilíbrio, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tem a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tem a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limita às cotas subordinadas já subscritas.

**IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs.** Devido a manutenção de aplicação em cotas subordinadas nos FIDCs foi reconhecida no exercício de 2013 uma receita de R\$ 17.803 (despesa de R\$ 132.648 - no exercício de 2012), registrada contabilmente na rubrica de "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários", na demonstração de resultado individual - e eliminada no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

Em 31/12/2013 e 31/12/2012, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

Ativo	Caixa CDC FIDC		Caixa Master CDC FIDC		FIDC BFP Financeiro (2)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades	6	7	11	5	-	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.549	5.926	4.049	14.952	-	-
TVM	-	-	-	-	-	21.742
Direitos creditórios	89.912	163.065	517.979	894.287	-	497.516
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(57.334)	(60.231)	(316.313)	(305.585)	-	(213.739)
Outros valores	5	-	3	1	-	1.468
<b>Total do Ativo</b>	<b>34.138</b>	<b>108.767</b>	<b>205.729</b>	<b>603.660</b>	-	<b>306.988</b>
<b>Passivo</b>						
Outras obrigações	27	84	113	348	-	812
Patrimônio líquido	34.111	108.683	205.616	603.312	-	306.176
- Cotas seniores	207	23.205	2.312	161.826	-	227.169
- Cotas subordinadas	33.904	85.478	203.304	293.954	-	79.007
- Cotas subordinadas - classe especial (1)	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>34.138</b>	<b>108.767</b>	<b>205.729</b>	<b>603.660</b>	-	<b>306.988</b>

- (1) Cotas de terceiros; e  
(2) Fundo encerrado em 28/06/2013.

#### Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

	31/12/2012		31/12/2012	
	Patrimônio Líquido	Resultado	Patrimônio Líquido (1)	Resultado Líquido
<b>Banco individual</b>	2.308.053	(259.408)	2.552.409	(603.926)
<b>Efeitos da eliminação das cessões aos FIDCs:</b>				
Lucro não realizado nas cessões	(13.033)	153.850	(166.882)	225.766
Registro do custo de comissão sobre créditos cedidos	7.711	(24.981)	32.692	(45.825)
Efeitos tributários	2.129	(51.548)	53.676	(71.976)
<b>Banco consolidado</b>	<b>2.304.860</b>	<b>(151.727)</b>	<b>2.471.895</b>	<b>(495.961)</b>

(1) O Patrimônio Líquido consolidado contempla ajuste no saldo do lucro não realizado de períodos anteriores, no montante de R\$ 17.417, líquido de efeitos tributários.

#### V. Avas, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs.

O Banco não oferece qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs, entretanto, as cotas subordinadas absorvem integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos até o limite destas.

#### VI. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs.

No exercício findo em 31/12/2013, o Banco PAN e suas empresas controladas são os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 237.208 (R\$ 458.439 em 31/12/2012), sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

#### VII. Encargamentos dos FIDCs

Em Assembleia Geral de Cotista Extraordinária dos FIDCs (Caixa CDC FIDC e Caixa Master CDC FIDC), realizada em 21/10/2013 foi deliberado o encerramento dos mesmos.

Dessa forma, em 20/01/2014, o Banco PAN adquiriu a totalidade das cotas dos FIDCs, sendo que o evento final de encerramento ocorreu em janeiro/2014.

#### 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

##### b) Ajustamento do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de prêmios de seguros e resseguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices como prêmios emitidos e diferidas pelo prazo de vigência destas apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros pendentes, que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionada às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Em custos de aquisição são considerados os custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estes são diferidos e apropriados ao resultado mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

##### c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

\* continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**  
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora, data-base de 31/12/2013, concluiu-se que os passivos por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas do custo de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 410/2010.

**r) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:**

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo "Outras obrigações - diversas" nas demonstrações financeiras consolidadas.

**s) Passivos circulante e exigível a longo prazo:**

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

**t) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

**u) Benefício Residual em Operações Securitizadas:**

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

**v) Lucro por ação:**

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

**w) Uso de estimativas contábeis:**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

**x) Eventos subsequentes:**

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

**4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

**a) Balanço Patrimonial Consolidado:**

Ativo	31/12/2013							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
Circulante	9.436.375	227.965	6.679	166.914	166.276	53.864	(385.911)	9.672.162
Realizável a longo prazo	11.018.318	165.429	39.697	353.106	70.715	21.636	(60.349)	11.608.552
Permanente	1.299.032	55.072	110	488	24.857	729.086	(1.796.446)	312.199
<b>Total em 31/12/2013</b>	<b>21.753.725</b>	<b>448.466</b>	<b>46.486</b>	<b>520.508</b>	<b>261.848</b>	<b>804.586</b>	<b>(2.242.706)</b>	<b>21.592.913</b>
<b>Total em 31/12/2012</b>	<b>18.366.382</b>	<b>377.273</b>	<b>45.187</b>	<b>603.337</b>	<b>254.123</b>	<b>944.258</b>	<b>(2.061.711)</b>	<b>18.528.849</b>

  

Passivo	31/12/2013							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
Circulante	12.982.829	191.209	14.184	176.342	35.312	10.325	(385.911)	13.024.290
Exigível a longo prazo	6.123.670	35.259	13.318	137.105	9.856	2.420	(60.347)	6.261.281
Resultado de períodos futuros	2.460	-	-	-	-	-	-	2.460
Minoritários	19	-	-	-	-	-	2	21
Patrimônio líquido	2.644.747	221.998	18.984	207.061	216.680	791.841	(1.796.450)	2.304.861
<b>Total em 31/12/2013</b>	<b>21.753.725</b>	<b>448.466</b>	<b>46.486</b>	<b>520.508</b>	<b>261.848</b>	<b>804.586</b>	<b>(2.242.706)</b>	<b>21.592.913</b>
<b>Total em 31/12/2012</b>	<b>18.366.382</b>	<b>377.273</b>	<b>45.187</b>	<b>603.337</b>	<b>254.123</b>	<b>944.258</b>	<b>(2.061.711)</b>	<b>18.528.849</b>

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pelas empresas PAN Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda;
- (3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;
- (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (5) Representado pelas empresas Penserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda;
- (6) Representado pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

**b) Demonstração do Resultado Consolidado:**

Demonstração do Resultado	31/12/2013							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
- Receitas da intermediação financeira	4.376.938	23.392	2.091	108.980	17.543	62.138	(55.749)	4.535.333
- Despesas da intermediação financeira	(2.478.990)	-	-	(39.931)	-	(60.736)	55.749	(2.523.408)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>1.898.448</b>	<b>23.392</b>	<b>2.091</b>	<b>69.049</b>	<b>17.543</b>	<b>1.402</b>	<b>-</b>	<b>2.011.925</b>
- Outras receitas/despesas operacionais	(2.079.197)	46.464	(1.798)	(18.796)	(18.233)	(2.764)	1.302	(2.073.022)
- Resultado de equivalência patrimonial	64.316	197	-	-	-	(73)	(64.440)	-
- Resultado não operacional	(53.787)	2	(17)	125	81	(1.959)	-	(55.555)
- Provisão para IR e OSSL	4.479	(22.904)	(26)	(17.097)	(114)	710	(122)	(35.074)
- Minoritário	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)
<b>(Prejuízo)/Lucro líquido em 31/12/2013</b>	<b>(165.741)</b>	<b>47.150</b>	<b>250</b>	<b>33.281</b>	<b>(723)</b>	<b>(2.684)</b>	<b>(63.260)</b>	<b>(151.727)</b>
<b>(Prejuízo)/Lucro líquido em 31/12/2012</b>	<b>(498.398)</b>	<b>39.341</b>	<b>6.199</b>	<b>5.036</b>	<b>14.710</b>	<b>10.002</b>	<b>(72.851)</b>	<b>(495.961)</b>

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pelas empresas PAN Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda;
- (3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;
- (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (5) Representado pelas empresas Penserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda;
- (6) Representado pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

**5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades em moeda nacional	28.403	27.198	39.360	35.802
Disponibilidades em moeda estrangeira	8.403	965	8.403	965
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>36.806</b>	<b>28.163</b>	<b>47.763</b>	<b>36.767</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	876.997	242.628	876.997	242.628
Fundos de renda fixa (1)	-	-	-	5
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>913.803</b>	<b>270.791</b>	<b>924.760</b>	<b>279.400</b>

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

**a) Composição e prazos:**

Banco	31/12/2013					Total
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>Aplicações no Mercado Aberto:</b>						
<b>Posição bancada</b>						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	74.999	-	-	-	-	74.999
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	207.503	119.010	-	-	-	326.513
<b>Subtotal</b>	<b>282.502</b>	<b>119.010</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>401.512</b>
<b>Posição Financiada</b>						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	456.999	-	-	-	-	456.999
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	137.496	80.926	-	-	-	218.422
<b>Subtotal</b>	<b>594.495</b>	<b>80.926</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>675.421</b>
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>5.243</b>	<b>18.483</b>	<b>23.254</b>	<b>43.454</b>	<b>135.124</b>	<b>225.558</b>
<b>Total</b>	<b>882.240</b>	<b>218.419</b>	<b>23.254</b>	<b>43.454</b>	<b>135.124</b>	<b>1.302.491</b>

  

Banco	31/12/2012					Total
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>Aplicações no Mercado Aberto:</b>						
<b>Posição bancada</b>						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	200	-	-	-	-	200
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	26.000	23.802	47.976	-	-	97.778
<b>Subtotal</b>	<b>26.200</b>	<b>23.802</b>	<b>47.976</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>97.978</b>
<b>Posição Financiada</b>						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.000	181.448	45.451	-	-	236.899
<b>Subtotal</b>	<b>10.000</b>	<b>181.448</b>	<b>45.451</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>236.899</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros:</b>	<b>11.158</b>	<b>11.362</b>	<b>34.041</b>	<b>59.309</b>	<b>296.945</b>	<b>412.815</b>
<b>Total</b>	<b>47.358</b>	<b>216.612</b>	<b>127.468</b>	<b>59.309</b>	<b>296.945</b>	<b>747.692</b>

  

Consolidado	31/12/2013					Total
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>Aplicações no Mercado Aberto:</b>						
<b>Posição bancada</b>						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	74.999	-	-	-	-	74.999
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	207.503	119.010	-	-	-	326.513
<b>Subtotal</b>	<b>282.502</b>	<b>119.010</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>401.512</b>
<b>Posição Financiada</b>						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	456.999	-	-	-	-	456.999
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	137.496	80.926	-	-	-	218.422
<b>Subtotal</b>	<b>594.495</b>	<b>80.926</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>675.421</b>
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>5.123</b>	<b>18.533</b>	<b>23.061</b>	<b>40.844</b>	<b>66.383</b>	<b>153.764</b>
<b>Total</b>	<b>882.120</b>	<b>218.289</b>	<b>23.061</b>	<b>40.844</b>	<b>66.383</b>	<b>1.230.697</b>

  

Consolidado	31/12/2012					Total
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>Aplicações no Mercado Aberto:</b>						
<b>Posição bancada</b>						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	200	-	-	-	-	200
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	26.000	23.802	47.976	-	-	97.778
<b>Subtotal</b>	<b>26.200</b>	<b>23.802</b>	<b>47.976</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>97.978</b>
<b>Posição Financiada</b>						
• Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.000	181.448	45.451	-	-	236.899
<b>Subtotal</b>	<b>10.000</b>	<b>181.448</b>	<b>45.451</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>236.899</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros:</b>	<b>11.100</b>	<b>11.362</b>	<b>33.873</b>	<b>59.128</b>	<b>59.041</b>	<b>174.514</b>
<b>Total</b>	<b>47.310</b>	<b>216.612</b>	<b>127.300</b>	<b>59.128</b>	<b>59.041</b>	<b>509.391</b>

**b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:**

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

Rendas de aplicações em operações compromissadas:	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
- Posição bancada	16.741	60.827	17.203	60.827
- Posição financiada	49.035	8.326	49.035	8.326
- Posição vendida	53.213	8.549	53.213	8.549
<b>Subtotal</b>	<b>118.989</b>	<b>77.702</b>	<b>119.451</b>	<b>77.702</b>
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	28.666	61.323	17.982	25.831
<b>Total (nota 7d)</b>	<b>147.655</b>	<b>139.025</b>	<b>137.433</b>	<b>103.533</b>

**7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

**a) Composição da carteira:**

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2013 e em 31/12/2012, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Carteira própria:</b>				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	1.974	6.730
Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE	-	-	22.570	10.238
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	122.767	314.470
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	70.449	247.912	295.564	517.883
Notas do Tesouro Nacional - NTN	152.205	156.778	152.205	156.778

\* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Instrumento/Posição:	Banco 31/12/2013								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.847.353	196	416	10.069	11.281	177.927	199.889	231.642	(31.753)
- Dólar	1.521.598	-	336	10.007	11.269	177.703	199.315	231.288	(31.973)
- CDI	148.170	196	80	62	12	-	350	326	24
- Dólar (i)	2.917	-	-	-	-	-	-	-	-
- Libor	87.334	-	-	-	-	224	224	28	196
Posição passiva:	1.847.353	(14)	(1.178)	(51)	(204)	(20.259)	(21.706)	(18.485)	(3.221)
- CDI	1.521.598	-	(71)	-	(74)	(6.250)	(6.395)	(3.150)	(3.245)
- Dólar	148.170	-	(1.077)	-	(55)	(13.785)	(14.917)	(15.151)	234
- IGP/M	2.917	(14)	(30)	(51)	(75)	-	(170)	(156)	(14)
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar	87.334	-	-	-	-	(224)	(224)	(28)	(196)
Termo de moeda									
Posição vendida	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
- Dólar	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
Posição comprada	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos futuros									
Posição ativa:	7.507.844	720	-	-	-	-	720	720	-
- DDI	608.941	254	-	-	-	-	254	254	-
- Dólar	66.586	192	-	-	-	-	192	192	-
- DI1	6.832.317	274	-	-	-	-	274	274	-
Posição passiva:	7.507.844	(6.235)	-	-	-	-	(6.235)	(6.235)	-
- DDI	608.941	(3.822)	-	-	-	-	(3.822)	(3.822)	-
- Dólar	66.586	(354)	-	-	-	-	(354)	(354)	-
- DI1	6.832.317	(2.059)	-	-	-	-	(2.059)	(2.059)	-
Total a receber líquido		(5.333)	(762)	9.767	11.077	157.668	172.417	207.376	(34.959)

Instrumento/Posição:	Consolidado 31/12/2013								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.813.293	196	416	10.069	20.995	183.924	215.600	259.611	(44.011)
- Dólar	1.650.435	-	336	10.007	20.983	183.924	215.250	259.285	(44.035)
- CDI	72.607	196	80	62	12	-	350	326	24
- CDI	2.917	-	-	-	-	-	-	-	-
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.813.293	(14)	(1.178)	(51)	(204)	(9.239)	(10.686)	(18.485)	7.799
- CDI	1.650.435	-	(71)	-	(74)	(6.249)	(6.394)	(3.150)	(3.244)
- Dólar	72.607	-	(1.077)	-	(55)	(2.766)	(3.898)	(15.151)	11.253
- IGP/M	2.917	(14)	(30)	(51)	(75)	-	(170)	(156)	(14)
- Dólar	87.334	-	-	-	-	(224)	(224)	(28)	(196)
Contratos futuros									
Posição ativa	7.507.844	720	-	-	-	-	720	720	-
- DDI	608.941	254	-	-	-	-	254	254	-
- Dólar	66.586	192	-	-	-	-	192	192	-
- DI1	6.832.317	274	-	-	-	-	274	274	-
Posição passiva	7.507.844	(6.235)	-	-	-	-	(6.235)	(6.235)	-
- DDI	608.941	(3.822)	-	-	-	-	(3.822)	(3.822)	-
- Dólar	66.586	(354)	-	-	-	-	(354)	(354)	-
- DI1	6.832.317	(2.059)	-	-	-	-	(2.059)	(2.059)	-
Pré									
Termo de moeda									
Posição vendida	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
- Dólar	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
Posição comprada	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Total a receber líquido		(5.333)	(762)	9.767	20.791	174.685	199.148	235.345	(36.197)

Instrumento/Posição:	Banco 31/12/2012								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.570.335	14	-	4.479	5.523	195.319	205.335	82.299	123.036
- CDI	22.500	-	-	216	121	-	337	308	29
- Dólar (1)	1.541.418	14	-	4.263	5.402	195.319	204.998	81.991	123.007
- CDI	6.417	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.570.335	(305)	(17)	(102)	(314)	(3.458)	(4.196)	(4.063)	(133)
- Dólar	22.500	-	-	-	-	-	-	-	-
- CDI (1)	1.541.418	(298)	-	(69)	(218)	(3.214)	(3.799)	(3.867)	68
- IGP/M	6.417	(7)	(17)	(33)	(96)	(244)	(397)	(196)	(201)
Contratos futuros									
Posição ativa:	5.811.087	1.897	-	-	-	-	1.897	1.897	-
- DDI	485.428	1.592	-	-	-	-	1.592	1.592	-
- Dólar	85.623	287	-	-	-	-	287	287	-
- DI1	5.240.036	18	-	-	-	-	18	18	-
Posição passiva:	5.811.087	(742)	-	-	-	-	(742)	(742)	-
- DDI	485.428	(247)	-	-	-	-	(247)	(247)	-
- Dólar	85.623	(56)	-	-	-	-	(56)	(56)	-
- DI1	5.240.036	(439)	-	-	-	-	(439)	(439)	-
Total a receber líquido		864	(17)	4.377	5.209	191.861	202.294	79.391	122.903

Instrumento/Posição:	Consolidado 31/12/2012								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.772.346	14	-	4.479	5.523	195.319	205.335	82.299	123.036
- CDI	22.500	-	-	216	121	-	337	308	29
- Dólar (1)	1.541.418	14	-	4.263	5.402	195.319	204.998	81.991	123.007
- CDI	6.417	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar	202.011	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.772.346	(305)	(17)	(1.351)	(314)	(5.532)	(7.519)	(7.039)	(480)
- Dólar	22.500	-	-	-	-	-	-	-	-
- CDI (1)	1.541.418	(298)	-	(69)	(218)	(3.214)	(3.799)	(3.867)	68
- IGP/M	6.417	(7)	(17)	(33)	(96)	(244)	(397)	(196)	(201)
Contratos futuros									
Posição ativa:	5.811.087	1.897	-	-	-	-	1.897	1.897	-
- DDI	485.428	1.592	-	-	-	-	1.592	1.592	-
- Dólar	85.623	287	-	-	-	-	287	287	-
- DI1	5.240.036	18	-	-	-	-	18	18	-
Posição passiva:	5.811.087	(742)	-	-	-	-	(742)	(742)	-
- DDI	485.428	(247)	-	-	-	-	(247)	(247)	-
- Dólar	85.623	(56)	-	-	-	-	(56)	(56)	-
- DI1	5.240.036	(439)	-	-	-	-	(439)	(439)	-
Total a receber líquido		864	(17)	3.128	5.209	189.787	198.971	76.415	122.556

(1) Hedge Contábil: Basicamente esses instrumentos financeiros foram realizados como proteção das operações passivas de Euro Medium-Term Notes e Dívidas Subordinadas no exterior, indexadas ao dólar (objetos de hedge), classificadas como "hedge" de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de hedge, está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3082/02. O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Banco						
Swap	575.694	(655.784)	19.900	422.589	(82.779)	339.810
Contratos futuros	581.706	(649.212)	(67.506)	234.574	(246.442)	(11.868)
Termo de moeda	10.252	(33.141)	(22.890)	-	-	-
Total	1.167.652	(1.238.147)	(70.495)	657.163	(329.221)	327.942
Consolidado						
Swap	643.801	(606.818)	36.983	433.299	(99.653)	333.646
Contratos futuros	581.706	(649.212)	(67.506)	234.574	(246.442)	(11.868)
Termo de moeda	10.252	(33.141)	(22.890)	-	-	-
Total	1.235.759	(1.289.171)	(53.412)	667.873	(346.095)	321.778

d) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	Banco			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Títulos de renda fixa	77.432	133.671	203.264	193.507	-	-
Resultado com cotas subordinadas	17.803	(132.648)	-	-	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6b)	147.655	139.025	137.433	103.533	-	-
Total	242.890	140.048	340.697	297.040	-	-

B) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações sobre a carteira de operações de crédito, que incluem as operações de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de operações de crédito, em 31/12/2013 e 31/12/2012, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Crédito direto ao consumidor	7.521.557	58.26	5.508.275	57.70
Empréstimo em consignação	1.730.544	13,40	1.471.273	15,41
Financiamento a titulares de cartões de crédito (1)	573.602	4,44	278.369	2,92
Capital de giro	1.326.583	10,27	959.740	10,05
Financiamentos habitacionais	111	-	-	-
Direitos creditórios adquiridos	23.445	0,18	49.755	0,52
Renegociações	27.722	0,21	30.442	0,32
Conta garantida	49	-	569	0,01
Crédito pessoal	93.083	0,72	97.330	1,02
Títulos descontados	204	-	4.480	0,05
Cheque especial	277	-	307	0,01
Financiamentos à exportação	585.341	4,54	258.281	2,70
Outros	554	0,01	17.472	0,18
Total das operações de crédito	11.883.072	92,03	8.676.293	90,89
Outros créditos (2)	628.285	4,87	510.360	5,34
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (3)	399.770	3,10	360.194	3,77
Total	12.911.127	100,00	9.546.847	100,00

(1) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard; (2) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e (3) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

	Consolidado			
	31/12/2013	31/12/2012		
Crédito direto ao consumidor	8.135.827	53,67	6.915.784	55,03
Operações de arrendamento mercantil (1)	139.202	0,92	331.337	2,64
Empréstimo em consignação	1.730.544	11,42	1.471.273	11,71
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	190.462	1,26	157.991	1,25
Financiamentos habitacionais	946.927	6,25	783.815	6,24
Empréstimos com garantia imobiliária	356.383	2,35	339.560	2,70
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	573.602	3,78	278.369	2,21

\* continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**  
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

**f) Concentração das operações de crédito:**

	Banco				Consolidado			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Maiores devedores</b>	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	322.095	2,49	232.068	2,43	335.470	2,21	294.565	2,34
50 seguintes maiores devedores	788.576	6,11	622.140	6,52	891.200	5,88	742.980	5,91
100 seguintes maiores devedores	904.671	7,01	705.383	7,39	1.054.544	6,96	850.136	6,76
Demais devedores	10.895.785	84,39	7.987.256	83,66	12.877.046	84,95	10.679.378	84,99
<b>Total</b>	<b>12.911.127</b>	<b>100,00</b>	<b>9.546.847</b>	<b>100,00</b>	<b>15.158.260</b>	<b>100,00</b>	<b>12.567.059</b>	<b>100,00</b>

**g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:**

• **Cessões sem coobrigação:** No exercício findo em 31/12/2013, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Sem coobrigação</b>	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	
Crédito direto ao consumidor	3.122.155	2.847.995	274.160	
Empréstimo em consignação	3.077.343	2.459.507	617.836	
Financiamentos habitacionais	258.949	213.421	44.528	
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	26.031	21.428	4.603	
Empréstimos com garantia imobiliária	507.030	414.032	92.998	
<b>Total</b>	<b>6.991.508</b>	<b>5.964.501</b>	<b>1.027.007</b>	

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Sem coobrigação</b>	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	
Crédito direto ao consumidor	1.970.263	1.678.747	291.516	
Empréstimo em consignação	581.646	420.153	161.493	
Financiamentos habitacionais	247.000	185.074	61.926	
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	8.495	6.398	2.097	
Empréstimos com garantia imobiliária	456.823	344.434	112.389	
<b>Total</b>	<b>3.264.227</b>	<b>2.634.806</b>	<b>629.421</b>	

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Sem coobrigação</b>	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	
Crédito direto ao consumidor	1.970.263	1.678.747	291.516	
Empréstimo em consignação	581.646	420.153	161.493	
Financiamentos habitacionais	247.000	177.222	69.778	
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	8.495	6.147	2.348	
Empréstimos com garantia imobiliária	456.823	331.106	125.717	
<b>Total</b>	<b>3.264.227</b>	<b>2.613.375</b>	<b>650.852</b>	

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Sem coobrigação</b>	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	
Crédito direto ao consumidor	1.970.263	1.678.747	291.516	
Empréstimo em consignação	581.646	420.153	161.493	
Financiamentos habitacionais	247.000	177.222	69.778	
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	8.495	6.147	2.348	
Empréstimos com garantia imobiliária	456.823	331.106	125.717	
<b>Total</b>	<b>3.264.227</b>	<b>2.613.375</b>	<b>650.852</b>	

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

• **Cessões com coobrigação:** As responsabilidades por créditos cedidos com coobrigação montam a R\$ 498.748 (R\$ 1.157.786 em 31/12/2012), no Banco PAN e consolidado, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 540.424 (R\$ 1.283.008 em 31/12/2012), no Banco PAN e consolidado, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 132.982 (R\$ 217.137 em 31/12/2012), no Banco PAN e consolidado, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (ver nota explicativa nº 22b).

**h) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucros nas cessões de crédito (nota 8g)	1.027.007	629.421	1.051.081	650.852
Cartão de crédito	325.903	221.259	325.903	221.259
Crédito direto ao consumidor	1.315.997	837.360	1.524.765	1.249.931
Empréstimos em consignação	346.170	257.610	346.170	257.610
Crédito pessoal	43.193	57.011	43.193	57.011
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (1)	180.945	121.127	211.685	139.678
Direitos creditórios	8.269	1.912	8.269	1.912
Renegociações	3.292	4.346	3.292	4.346
Financiamento à exportação	197.581	23.842	197.581	23.842
Habitacionais	249	608	127.510	62.718
Rendas de empreendimentos imobiliários	-	-	22.622	7.792
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	-	-	55.629	31.506
Capital de giro	163.573	114.047	163.573	114.047
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (2)	-	-	44.219	90.154
Outras	4.817	17.042	4.817	17.042
<b>Total</b>	<b>3.616.996</b>	<b>2.285.585</b>	<b>4.130.309</b>	<b>2.929.700</b>

(1) No consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e (2) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

**9) CARTEIRA DE CÂMBIO**

**a) Saldos patrimoniais:**

	Banco e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativo - Outros Créditos</b>		
Câmbio comprado a liquidar	411.553	357.597
Rendas a receber	16.965	13.916
<b>Total do Ativo</b>	<b>428.518</b>	<b>371.513</b>
<b>Passivo - Outras Obrigações</b>		
Obrigações por compra de câmbio	382.805	346.278
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(382.805)	(346.278)
<b>Total do Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**14) INVESTIMENTOS**

**a) Controladas:**

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação consolidada no capital social	Lucro Líquido/ (Prejuízo) Ajustado 31/12/2013	Saldo dos Investimentos 31/12/2013		Ajuste decorrente de avaliação (2) Exercício findo em	
			ON	PN			Cotas	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. (1)(3)	141.521	63.994	11	-	99,970%	(3.188)	63.974	67.161	(3.187)	(35.472)
PAN Seguros S.A. (1)(3)	71.256	181.256	339.207	106	99,999%	50.794	181.255	168.180	50.793	37.469
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1)(3)	5.061	29.468	-	-	99,999%	2.176	29.468	24.294	2.176	21.278
Panamericano Adm. e Corretora de Seguros e Previdência Privada Ltda. (1)(3)	306	5.742	-	-	99,999%	3.589	5.742	2.153	3.589	1.871
Ourinvest Real Estate Holding S.A. (1)(3)(4)(5)(6)(7)	867.543	796.835	151.656	31.431	100,000%	(14.337)	897.517	968.076	(14.337)	10.002
<b>Total</b>						<b>1.177.956</b>	<b>1.229.864</b>	<b>1.229.864</b>	<b>39.034</b>	<b>35.148</b>

(1) Dados relativos a 31/12/2013; (2) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis; (3) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2013 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN; (4) Empresa adquirida em 2012 (Nota 1); (5) O valor contábil inclui ágio na aquisição do investimento no montante de R\$ 99.952, líquido da amortização acumulada (Nota 16a); (6) Em 15/04/2013 foi aprovada a redução de capital social da Ourinvest Real Estate Holding S.A. no montante de R\$ 85.000; e (7) Em 17/09/2013 foi aprovado o aumento de capital social da Ourinvest Real Estate Holding S.A. no montante de R\$ 55.000.

**b) Outros investimentos:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Câmara Interbancária de Pagamentos	380	380	380	380
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	-	304	304
Incentivos fiscais	-	-	69	80
Obras de Arte	23	23	23	23
Outros	-	-	1	1
<b>Total</b>	<b>403</b>	<b>403</b>	<b>777</b>	<b>788</b>

No exercício encerrado em 31/12/2013, foram baixados valores de Investimentos por "impairment", no montante de R\$ 11 (31/12/2012 - R\$ 50) no Consolidado, conforme Resolução CMN nº 3.566/08.

**15) IMOBILIZADO**

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2013	31/12/2012
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	36.677	(12.363)	24.314	11.172
Sistemas de segurança e comunicações	10%	2.770	(1.543)	1.227	204
Sistemas de processamento de dados	20%	32.352	(20.334)	12.018	3.361
Sistemas de transportes	20%	381	(218)	163	70
<b>Total em 31/12/2013</b>		<b>72.180</b>	<b>(34.458)</b>	<b>37.722</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2012</b>		<b>47.495</b>	<b>(32.688)</b>	<b>-</b>	<b>14.807</b>

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2013	31/12/2012
Imóveis de uso	4%	2.530	(332)	2.198	2.279
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	66.925	(18.361)	48.564	34.954
Sistemas de segurança e comunicações	10%	3.728	(1.901)	1.827	230
Sistemas de processamento de dados	20%	34.130	(21.584)	12.546	4.570
Sistemas de transportes	20%	381	(217)	164	70
Outras imobilizações	-	132	-	132	113
<b>Total em 31/12/2013</b>		<b>107.826</b>	<b>(42.395)</b>	<b>65.431</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2012</b>		<b>82.308</b>	<b>(40.092)</b>	<b>-</b>	<b>42.216</b>

(1) No exercício de 2013 a rubrica "Benefeitorias em Imóveis de Terceiros" foi reclassificada do Ativo Intangível para o Ativo Imobilizado (Instalações, móveis e equipamentos de uso) para melhor classificação contábil.

No exercício encerrado em 31/12/2013, foram baixados valores do ativo imobilizado por "impairment", no montante de R\$ 1.213 (R\$ 338 no exercício findo em 31/12/2012) no Banco PAN e R\$ 3.324 no Consolidado, conforme Resolução CMN nº 3.566/08.

**16) INTANGÍVEL**

**a) Ágio:**

O ágio na aquisição de investimento totalizou a R\$ 116.449 (Consolidado R\$ 250.532), representado por expectativa de rentabilidade futura do investimento, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização. Esse ágio está registrado nas demonstrações financeiras individuais em investimento e nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível.

No exercício encerrado em 31/12/2013, foram amortizados ágios no montante de R\$ 11.645 no Banco PAN e R\$ 25.053 no consolidado. Para maiores informações sobre a aquisição do investimento vide nota 1 às demonstrações financeiras.

**b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:**

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2013	31/12/2012
<b>Banco</b>					
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	50.780	(22.979)	27.801	24.003
Outros	10%	22	(19)	3	3
<b>Total em 31/12/2013</b>		<b>50.802</b>	<b>(22.998)</b>	<b>27.804</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2012</b>		<b>36.768</b>	<b>(12.762)</b>	<b>-</b>	<b>24.006</b>

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2013	31/12/2012
<b>Consolidado</b>					
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	53.960	(24.511)	29.449	25.216
Ágio (Nota 16a)	10%	250.532	(35.493)	215.039	240.092
Outros	10%	1.522	(19)	1.503	3
<b>Total em 31/12/2013</b>		<b>306.014</b>	<b>(60.023)</b>	<b>245.991</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2012</b>		<b>300.858</b>	<b>(35.547)</b>	<b>-</b>	<b>265.311</b>

**c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:**

	Gastos com desenvolvimento logiciais		Outros	Total
	31/12/2013	31/12/2012		
<b>Banco</b>				
Saldo em 31/12/2012	24.003	3	24.006	
Adições/Baixas	14.822	-	14.822	
Amortização do período	(11.024)	-	(11.024)	
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>27.801</b>	<b>3</b>	<b>27.804</b>	

No exercício encerrado em 31/12/2013, foram baixados valores do Intangível por "impairment", no montante de R\$ 41 (R\$ 1.144 no exercício findo em 31/12/2012) no Banco PAN e R\$ 313 no Consolidado, conforme Resolução CMN nº 3.566/08.

**b) Resultado de operação de câmbio:**

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Banco e Consolidado</b>		
Rendas de Financiamento à Exportação	33.856	26.234
Varição Cambial	79.590	30.417
Outros	4.293	

\* continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**  
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

**d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos a prazo (1)	295.035	334.787	295.035	328.392
Depósitos interfinanceiros	396.150	246.190	376.755	239.714
Varição cambial	235.882	162.637	235.882	162.637
Títulos e valores mobiliários no exterior e Dívidas Subordinadas	145.497	157.747	145.497	157.747
Marcação a Mercado de captações no exterior - Dívida Subordinada e TVM no exterior	(105.950)	152.991	(105.950)	152.991
Operações compromissadas	155.979	102.817	155.979	99.376
Letras Financeiras - LF	165.955	63.286	165.955	63.286
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	44.589	21.405	44.589	21.405
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	9.365	10.901	11.237	10.901
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	10.674	2.349	80.076	37.575
Captação por meio de FIDCs	-	-	20.676	85.500
Encargos sobre obrigação por venda de direitos creditórios de arrendamento mercantil	-	-	-	459
Debêntures	-	-	2.851	2.176
<b>Total</b>	<b>1.353.175</b>	<b>1.255.110</b>	<b>1.428.583</b>	<b>1.362.159</b>

(1) O Banco PAN celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco PAN apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

**18) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CORRESPONDENTES NO PAÍS**

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário	138.700	161.868	129.740	152.362
<b>Total</b>	<b>138.700</b>	<b>161.868</b>	<b>129.740</b>	<b>152.362</b>

**19) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

a) Saldos patrimoniais:						
	Banco		Consolidado		31/12/2013	31/12/2012
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
<b>Total em 31/12/2013</b>	-	-	-	-	-	56.817
<b>Total em 31/12/2012</b>	<b>10.234</b>	<b>23.590</b>	<b>22.993</b>	-	-	<b>56.817</b>
<b>Consolidado</b>	<b>1 a 30 dias</b>	<b>31 a 180 dias</b>	<b>181 a 360 dias</b>	<b>Acima de 360 dias</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
• No País	-	1.458	-	100.000	101.458	137.401
• No Exterior	3.267	864	117.130	117.130	238.391	307.618
<b>Total em 31/12/2013</b>	<b>3.267</b>	<b>2.322</b>	<b>117.130</b>	<b>217.130</b>	<b>339.849</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31/12/2012</b>	<b>14.773</b>	<b>24.771</b>	<b>100.294</b>	<b>305.181</b>	<b>-</b>	<b>445.019</b>

**b) Resultado de obrigações por empréstimos:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos	-	-	12.586	14.363
No País	-	-	12.586	14.363
No Exterior	9.003	1.244	77.732	11.819
<b>Total</b>	<b>9.003</b>	<b>1.244</b>	<b>90.318</b>	<b>26.182</b>

**20) DÍVIDAS SUBORDINADAS**

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	Banco e Consolidado	
					31/12/2013	31/12/2012
<b>No Exterior (1):</b>						
2020	10	US\$ 500.000	US\$	Taxa de 8,50% a.a.	1.243.306	1.184.089
<b>No País:</b>						
2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% a.a.	11.544	10.540
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100,0% da taxa IPCA + 5,60% a.a.	105.777	-
<b>Total</b>					<b>1.360.627</b>	<b>1.194.629</b>

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 92.698 no exercício findo em 31/12/2013 (despesa de R\$ 137.117, no exercício findo em 31/12/2012). Essa operação possui hedge de risco de mercado (notas 3e e 7c); (2) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018; e (3) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 05/06/2013 com vencimento 05/04/2019.

**21) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)**

**a) Obrigações legais:**  
O Banco PAN e suas controladas (PAN Seguros e Panamericano Arrendamento Mercantil) vinham questionando judicialmente a exigibilidade das contribuições ao PIS e COFINS na forma da Lei nº 9.718/98 e por força de decisões judiciais intermediárias não vinha efetuando o pagamento desses tributos, mas provisionava esses valores.

Em 28/11/2013, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei nº 12.865, de 09/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, o Banco PAN e a PAN Seguros S.A. aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") referente às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 a 2012, pagando à vista os débitos, e desistiram da discussão judicial existente. Consequentemente, as respectivas provisões existentes nas duas empresas foram baixadas e esses tributos passaram a ser recolhidos normalmente.

As provisões existentes na empresa Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. no valor de R\$ 53.241 permanecem registradas.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o encerramento da ação, representado por decisões judiciais sobre as quais não caíam mais recursos ou pela sua prescrição.

**b) Provisões classificadas como perda provável:**

O Banco PAN S.A. é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

**Processos trabalhistas**

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando a obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras - em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço. Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente de acordo com os critérios mencionados anteriormente. Os valores envolvidos são provisionados integralmente quando no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

**Processos cíveis**

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

**I - Provisões segregadas por natureza:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Processos cíveis	148.369	102.935	163.105	113.285
Processos tributários	3.160	3.409	21.386	20.970
Processos trabalhistas	42.432	11.850	59.717	17.543
<b>Subtotal (1)</b>	<b>193.961</b>	<b>118.194</b>	<b>244.208</b>	<b>151.798</b>
Provisão para riscos fiscais (2)	-	563.755	53.241	642.663
<b>Total</b>	<b>193.961</b>	<b>681.949</b>	<b>297.449</b>	<b>794.461</b>

(1) Nota 22b; e

(2) Classificados na rubrica "Outras Obrigações - fiscais e previdenciárias" (Nota 22a).

**II - Movimentação das provisões:**

	31/12/2013					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais (1)	Total
<b>Banco</b>	<b>11.850</b>	<b>102.935</b>	<b>3.409</b>	<b>118.194</b>	<b>563.755</b>	<b>681.949</b>
Saldos em 31/12/2012	(6.991)	(120.089)	-	(127.080)	(563.755)	(690.835)
Baixas	37.573	165.523	(249)	202.847	-	202.847
Constituições líquidas de reversões	<b>42.432</b>	<b>148.369</b>	<b>3.160</b>	<b>193.961</b>	-	<b>193.961</b>
<b>Consolidado</b>	<b>17.543</b>	<b>113.285</b>	<b>20.970</b>	<b>151.798</b>	<b>642.663</b>	<b>794.461</b>
Saldos em 31/12/2012	(7.988)	(127.425)	-	(135.413)	(589.422)	(724.835)
Baixas	50.162	177.245	416	227.823	-	227.823
Constituições líquidas de reversões	<b>59.717</b>	<b>163.105</b>	<b>21.386</b>	<b>244.208</b>	<b>53.241</b>	<b>297.449</b>

(1) Nota 21a

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

**III - Passivos contingentes classificados como perda possível:**

No 4º trimestre de 2011 a PAN Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819.

No 3º trimestre de 2012, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.475.

No 4º trimestre de 2013, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 43.656.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

**22) OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para riscos fiscais (Nota 21a)	-	563.755	53.241	642.663
Parcelamento Refis - Lei nº 11.941/09 (1)	33.021	36.069	34.872	38.239
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	-	65.887	84.117
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 34e)	-	18.659	145.271	207.572
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	7.031	7.678	7.596	8.045
Impostos e contribuições sobre salários	1.217	1.028	4.431	3.518
ISS a recolher	1.532	1.637	2.978	3.426
COFINS a recolher	13.762	1.050	17.136	4.073
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	2.775	334	2.775	334
PIS a recolher	2.238	171	2.878	776
Outros	-	-	358	116
<b>Total</b>	<b>61.574</b>	<b>630.381</b>	<b>337.423</b>	<b>992.879</b>

(1) O Banco PAN e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e as vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco PAN reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco PAN e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal - FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e, após apropriação das antecipações efetuadas, apresenta a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Débitos previdenciários	30.265	33.058	30.265	33.058
Demais débitos	2.756	3.011	4.607	5.181
<b>Total</b>	<b>33.021</b>	<b>36.069</b>	<b>34.872</b>	<b>38.239</b>

**b) Diversas:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Captação de recursos FIDCs	-	-	2.658	560.924
Valores a pagar a estabelecimento referente a compras com cartões de crédito	554.055	490.476	554.055	490.476
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (Nota 8d)	132.982	217.137	132.982	217.137
Provisão para passivos contingentes (Nota 21b)	193.961	118.194	244.208	151.798
Valores a pagar a sociedades ligadas	18.605	18.983	11.958	7.365
Valores a pagar a lojas	2.080	25.302	2.080	25.302
Provisão para pagamentos a efetuar	102.010	87.805	144.548	121.622
Arrecadação de cobrança	95.261	41.997	95.222	48.413
Cheques administrativos	9	39	9	39
Depósitos de terceiros	-	-	1.797	-
Valores específicos de consórcio	-	-	15.815	16.119
Outros	65.899	11.477	78.382	35.262
<b>Total</b>	<b>1.164.862</b>	<b>1.011.410</b>	<b>1.283.914</b>	<b>1.674.457</b>

**23) PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS**

As provisões técnicas - seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

a) Provisões de prêmios não ganhos:						
	Banco		Consolidado		31/12/2013	31/12/2012
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012		
<b>Consolidado</b>						
Prestamistas	-	-	108.794	64.656	-	-
Desemprego/perda de renda	-	-	10.500	17.641	-	-
Acidentes pessoais coletivos	-	-	2.761	4.938	-	-
Rendas de eventos aleatórios	-	-	405	1.107	-	-
Vida em grupo	-	-	49	77	-	-
Seguro Habitacional - Prestamista	-	-	3	67	-	-
Seguro Habitacional - Demais coberturas	-	-	1	24	-	-
<b>Total</b>			<b>122.549</b>	<b>88.510</b>		

**b) Sinistros a liquidar:**

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Consolidado</b>		
Acidentes pessoais coletivos	2.076	2.573
Vida em grupo	1.393	1.630
Prestamistas	2.408	1.429
Desemprego/perda de renda		

\* continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**  
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

**b) Outras despesas operacionais:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Cessão de operações de crédito	386.071	176.716	333.739	180.010
Constituição de provisões	203.096	84.105	217.672	98.606
Prejuízo com operações de crédito/financiamento e fraudes	30.399	51.294	30.436	51.345
Variação monetária passiva	143.381	34.515	151.811	40.365
Impairment de ativos	16.593	-	20.027	-
Descontos concedidos	25.884	24.060	30.984	32.016
Amortização de ágio	11.645	4.852	25.053	10.440
Administração de Apólice de Seguros	-	-	135	4.094
Gravames (1)	19.585	7.390	19.609	7.395
Outras	36.633	45.059	90.050	61.547
<b>Total</b>	<b>873.287</b>	<b>427.991</b>	<b>919.516</b>	<b>485.818</b>

(1) Despesa anteriormente classificada em Outras Despesas Administrativas - Processamento de Dados.

**30) RESULTADO NÃO OPERACIONAL**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Resultado na alienação de outros valores e bens	(101.525)	(88.540)	(98.416)	(82.642)
Desvalorização de outros valores e bens	46.514	(20.947)	48.978	(20.911)
Resultado na alienação de imobilizado/investimento	-	424	-	(1.003)
Impairment de ativos não financeiros	(3.999)	(2.103)	(6.382)	(2.285)
Outros	14	7	254	19
<b>Total</b>	<b>(58.996)</b>	<b>(111.159)</b>	<b>(55.566)</b>	<b>(106.822)</b>

**31) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

**a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativo (passivo)</b>	<b>(passivo)</b>	<b>(passivo)</b>	<b>(despesas)</b>	<b>(despesas)</b>
<b>Aplicação interfinanceira de liquidez (a)</b>				
Banco BTG Pactual S.A.	49.999	6.000	6.950	53.270
Caixa Econômica Federal	-	-	4.327	5.257
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	71.794	238.297	10.685	35.957
<b>Total</b>	<b>121.793</b>	<b>244.297</b>	<b>21.962</b>	<b>94.484</b>
<b>Títulos e valores mobiliários (b)</b>				
Caixa CDC FIDC	33.904	85.478	5.126	(4.439)
Caixa Master CDC FIDC	203.304	293.954	4.350	(91.774)
FIDC F BP Financeiro	-	79.007	8.327	(36.434)
Banco BTG Pactual S.A.	86.563	100.811	8.837	95.871
<b>Total</b>	<b>323.771</b>	<b>559.250</b>	<b>26.640</b>	<b>(36.776)</b>
<b>Cessão de crédito (c)</b>				
Caixa Econômica Federal	189.985	116.271	-	-
<b>Total</b>	<b>189.985</b>	<b>116.271</b>	-	-
<b>Outros créditos (d)</b>				
Caixa Econômica Federal	-	2.596	-	-
PAN Seguros S.A. - JCP	7.233	2.117	7.233	-
PAN Seguros S.A.	64	-	-	-
Panamericana Adm. e Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	9	-	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	3.211	-	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	19	-	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	18	-	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	18	-	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	18	-	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	810	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11.400</b>	<b>4.713</b>	<b>7.233</b>	-
<b>Depósitos à vista (e)</b>				
PAN Seguros S.A.	(10)	(9)	-	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	(6)	(5)	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(5)	(12)	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(195)	(9)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	(13)	(5)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	(3)	-	-	-
Ourinvest Real Estate Holding	(4)	(21)	-	-
Brazilian Finance Real Estate	(3)	(1)	-	-
Brazilian Mortgages Cia. Hipotecária	(2)	-	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(1)	(1)	-	-
Pessoal chave da administração	(2)	(3)	-	-
<b>Total</b>	<b>(244)</b>	<b>(66)</b>	-	-
<b>Depósitos interfinanceiros (f)</b>				
Banco BTG Pactual S.A.	(1.308.963)	(1.203.256)	(49.247)	(25.184)
Caixa Econômica Federal	(4.977.657)	(2.789.541)	(140.753)	(173.202)
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	(179.666)	(342.443)	(19.394)	(6.477)
<b>Total</b>	<b>(6.466.286)</b>	<b>(4.335.240)</b>	<b>(209.394)</b>	<b>(204.863)</b>
<b>Depósitos a prazo (g)</b>				
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	(2.066)	(2.728)	(342)	(29)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(23.401)	(28.080)	(2.091)	(505)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	(23.631)	(18.097)	(1.775)	(378)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(15.236)	(77.699)	(6.785)	(1.350)
Brazilian Finance Real Estate	(3.939)	(3.136)	(1.242)	(247)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	(132.547)	(165.890)	(10.781)	(3.886)
Ourinvest Real Estate Holding	(9.184)	(2.056)	(2.654)	(8)
<b>Total</b>	<b>(210.004)</b>	<b>(297.686)</b>	<b>(25.670)</b>	<b>(6.403)</b>
<b>Obrigações por operações compromissadas (h)</b>				
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(2.726)	(11.204)
Caixa Econômica Federal	-	(499.992)	(538)	(606)
Caixa CDC FIDC	(1.549)	(5.926)	(527)	(547)
Caixa Master CDC FIDC	(4.049)	(14.952)	(1.046)	(1.558)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	-	-	-	(1.668)
<b>Total</b>	<b>(5.598)</b>	<b>(520.870)</b>	<b>(4.837)</b>	<b>(15.583)</b>
<b>Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (i)</b>				
Banco BTG Pactual S.A.	(328.931)	-	(18.451)	-
Pessoal-chave da administração	-	(929)	-	(100)
<b>Total</b>	<b>(328.931)</b>	<b>(929)</b>	<b>(18.451)</b>	<b>(100)</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos (j)</b>				
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(10.795)	-	(10.916)	-
<b>Total</b>	<b>(10.795)</b>	<b>-</b>	<b>(10.916)</b>	<b>-</b>
<b>Outras obrigações (k)</b>				
Caixa Econômica Federal	-	(39.117)	-	-
PAN Seguros S.A.	-	(68)	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(219)	(615)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	(5.918)	(6.729)	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	(1.091)	(2.596)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(23)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(7.251)</b>	<b>(49.125)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Receita de prestação de serviços (l)</b>				
PAN Seguros S.A.	-	-	3.945	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.945</b>	<b>-</b>
<b>Despesa de pessoal (m)</b>				
PAN Seguros S.A.	-	-	(184)	(77)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(184)</b>	<b>(77)</b>
<b>Outras despesas administrativas (n)</b>				
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	(196.290)	(165.913)
PAN Seguros S.A.	-	-	(867)	(404)
Caixa Participações S.A.	-	-	-	(1)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(939)	-
BTG Pactual Corretora	-	-	(106)	(97)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	-	-	-	-
Caixa Seguradora S.A.	-	-	(3)	(213)
Teaban S.A.	-	-	(653)	(531)
Caixa Econômica Federal	-	-	(40)	(1.513)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	(669)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(199.567)</b>	<b>(168.672)</b>
<b>Outras despesas operacionais (o)</b>				
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(5.327)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.327)</b>
<b>Resultado obtido na cessão de crédito (p)</b>				
Caixa Econômica Federal	-	-	1.027.007	629.421

(a) Refere-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Refere-se a aplicações de cotas subordinadas no caso dos FIDCs, aplicações em cotas de fundos de investimento da PAN Seguros com a Caixa Econômica Federal e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, e derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.

(c) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;

(d) Refere-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados, juros sobre capital próprio e carteira de câmbio;

(e) Refere-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(f) Refere-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(g) Refere-se a operações compromissadas com ligadas;

(h) Refere-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97% do CDI;

(i) Refere-se a operações de Swap;

(j) Refere-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar arrecadados por meio de empresas ligadas, serviços prestados, liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito a serem repassadas e câmbio vendido a liquidar;

(k) Refere-se a comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros;

(l) Refere-se a parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores;

(m) Refere-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;

(n) Refere-se à atualização monetária do depósito de acionista; e

(o) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(p) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(q) Refere-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(r) Refere-se a aplicações de cotas subordinadas no caso dos FIDCs, aplicações em cotas de fundos de investimento da PAN Seguros com a Caixa Econômica Federal e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, e derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.

(s) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;

(t) Refere-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados, juros sobre capital próprio e carteira de câmbio;

(u) Refere-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(v) Refere-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(w) Refere-se a operações compromissadas com ligadas;

(x) Refere-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97% do CDI;

(y) Refere-se a operações de Swap;

(z) Refere-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar arrecadados por meio de empresas ligadas, serviços prestados, liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito a serem repassadas e câmbio vendido a liquidar;

(aa) Refere-se a comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros;

(ab) Refere-se a parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores;

(ac) Refere-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;

(ad) Refere-se à atualização monetária do depósito de acionista; e

(ae) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(af) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(ag) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(ah) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(ai) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(aj) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(ak) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(al) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(am) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(an) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(ao) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(ap) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(aq) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(ar) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(as) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(at) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(au) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(av) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(aw) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(ax) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(ay) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(az) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(ba) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(bb) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(bc) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(bd) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(be) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(bf) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(bg) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(bh) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(bi) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(bj) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(bk) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(bl) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(bm) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(bn) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

(bo) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

Caixa Econômica Federal

**Total**

**Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)**

Banco BTG Pactual S.A.

**Total**

**Outras Obrigações (i)**

Caixa Econômica Federal

Banco BTG Pactual S.A.

BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

**Total**

**Outras despesas administrativas (j)**

Caixa Econômica Federal

Caixa Seguradora S.A.

Caixa Participações S.A.

Banco BTG Pactual S.A.

BTG Pactual Corretora

Teaban S.A.

Câmara Interbancária de Pagamentos

**Total**

**Outras despesas operacionais (k)**

Banco BTG Pactual S.A.

**Total**</

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

### Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descaamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos gaps de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

### Risco Operacional

Refere-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.477/09, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri, Relatório de Gerenciamento de Riscos.

### Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Item	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	Resultado não realizado	31/12/2013	31/12/2012	Resultado não realizado
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos</b>						
<b>Financeiros Derivativos</b>	<b>1.522.620</b>	<b>1.500.104</b>	<b>(22.516)</b>	<b>2.250.173</b>	<b>2.252.099</b>	<b>1.926</b>
- Ajuste de títulos para negociação	133.569	133.569	-	505.446	505.446	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	931.449	931.449	-	1.442.836	1.442.836	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	457.602	435.087	(22.516)	301.891	303.817	1.926
Operações de Crédito e de arrendamento mercantil	15.158.260	15.736.932	578.673	12.567.059	13.489.803	922.745
Depósitos a prazo	2.682.872	3.168.668	(485.796)	2.362.061	3.485.588	(1.123.527)
Depósitos Interfinanceiros	6.404.375	6.359.914	44.461	4.150.507	3.767.562	382.945
Recursos de emissão de títulos	5.124.746	4.868.544	256.202	3.564.758	3.974.559	(409.801)
Obrigações por empréstimos	339.849	239.141	100.708	445.019	456.789	(11.770)
Dívidas Subordinadas	1.360.627	1.751.470	(390.843)	1.194.629	1.520.693	(326.064)
<b>Lucro não realizado sem efeitos fiscais</b>			<b>80.889</b>			<b>(563.546)</b>

### Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação a modelo ou por instrumentos equivalentes;
- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

### 33) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/12/2013 o Banco PAN iniciou processo junto à SUSEP para a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos (nos termos da Resolução CNPC 11/2013), que será submetido à aprovação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Somente após verificar a conformidade das condições e dos cálculos apresentados no processo, é que a PREVIC concederá sua aprovação. Até lá, o plano terá funcionamento normal com contribuições mensais. No exercício findo em 31/12/2013, o montante dessa contribuição foi de R\$ 610 no Banco PAN e R\$ 664 no Consolidado (R\$ 721 no Banco PAN e R\$ 795 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2012).

Essa medida foi definida devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer de política/plano de benefícios adotado pela instituição.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição; e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2013 a R\$ 16.720 no Banco PAN e R\$ 55.712 no Consolidado (R\$ 11.267 no Banco PAN e R\$ 36.642 no Consolidado no exercício de 31/12/2012).

### 34) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco		Resultado antes do imposto de renda e contribuição social
	31/12/2013	31/12/2012	
Alíquota efetiva (1)	40%	40%	
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (2)	102.243	425.379	
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>			
Participação em controladas	12.720	13.213	
Ajuste de crédito tributário de exercícios anteriores	(3.874)	-	
Crédito tributário não constituído no período	(175.212)	-	
Ativação de crédito tributários de períodos anteriores	-	22.381	
Outros valores (3)	90.682	(1.453)	
<b>Receita de Imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>26.559</b>	<b>459.520</b>	
	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(116.653)</b>	<b>(866.630)</b>	
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (2)	46.029	350.221	
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>			
Ajuste de crédito tributários de exercícios anteriores	(3.266)	-	
Crédito tributário não constituído no período	(175.227)	(4)	
Ativação de crédito tributários períodos anteriores	-	22.381	
Outros valores (3)	97.390	(1.939)	
<b>Despesa/Receita de Imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>(85.074)</b>	<b>370.659</b>	

(1) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e de Seguros e as empresas dos demais segmentos;

(2) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (nota 3n); e

(3) Os outros valores em 31/12/2013 representa principalmente o ganho de REFIS não tributado conforme MP 627/13 de R\$ 79.842 (R\$ 83.888 no consolidado).

#### b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Banco		Resultado antes do imposto de renda e contribuição social
	31/12/2012	31/12/2013	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	820.213	369.092	(212.911)
Provisão para contingências cíveis	40.371	74.813	(55.836)
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	217.456	56.807	(274.263)
Provisão para contingências trabalhistas	4.602	15.293	(2.923)
Provisão para contingências tributárias	1.363	50	(150)
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	37.325	6.101	(23.816)
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	7.487	20.457	(7.487)
Provisão para gratificação de funcionários/PLR	9.231	13.681	(9.686)
Outras provisões	8.205	68.664	(4.505)
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>1.146.253</b>	<b>624.958</b>	<b>(591.577)</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (1)	1.503.458	-	(216.110)
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>2.649.711</b>	<b>624.958</b>	<b>(807.687)</b>
Obrigações fiscais diferidas (Nota 34e)	(18.659)	-	18.659
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>2.631.052</b>	<b>624.958</b>	<b>(789.028)</b>

	Banco		Resultado antes do imposto de renda e contribuição social
	31/12/2012	31/12/2013	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	820.213	369.092	(212.911)
Provisão para contingências cíveis	40.371	74.813	(55.836)
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	217.456	56.807	(274.263)
Provisão para contingências trabalhistas	4.602	15.293	(2.923)
Provisão para contingências tributárias	1.363	50	(150)
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	37.325	6.101	(23.816)
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	7.487	20.457	(7.487)
Provisão para gratificação de funcionários/PLR	9.231	13.681	(9.686)
Outras provisões	8.205	68.664	(4.505)
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>1.146.253</b>	<b>624.958</b>	<b>(591.577)</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (1)	1.503.458	-	(216.110)
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>2.649.711</b>	<b>624.958</b>	<b>(807.687)</b>
Obrigações fiscais diferidas (Nota 34e)	(18.659)	-	18.659
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>2.631.052</b>	<b>624.958</b>	<b>(789.028)</b>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONSELHO FISCAL		COMITÊ DE AUDITORIA	
<b>Presidente</b> Jorge Fontes Hereda		<b>Diretor Presidente</b> José Luiz Acar Pedro		Paulo Roberto Salvador Costa		Adilson Rodrigues Ferreira	
<b>Vice-Presidente</b> André Santos Esteves		<b>Diretores</b>		Daniela Maluf Pfeiffer		Almir José Meireles	
<b>Conselheiros</b>		Alex Sander Moreira Gonçalves		Júlio Alexandre Menezes da Silva		Marcelo Yugue	
José Luiz Acar Pedro	Marcos Roberto Vasconcelos	Alexsandra Camelo Braga	Iuri Rapoport				
Antonio Carlos Canto Porto Filho	Marcos Antonio Macedo Cintra	Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Leandro de Azambuja Micotti				
Roberto Balls Sallouti	Mateus Afonso Bandeira	Eduardo Almeida Prado	Maurício Antônio Quarezemim				
Fabio Lenza	João Cesar de Queiroz Tourinho	Eduardo Nogueira Demeque	Paulo Alexandre da Graça Cunha				
Marcio Percival Alves Pinto	Fábio de Barros Pinheiro		Willy Otto Jordan Neto				

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas Banco Panamericano S.A. Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Panamericano S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Panamericano S.A. e de suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**  
A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade de algumas estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Panamericano S.A. e do Banco Panamericano S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Ênfase**  
**Créditos tributários diferidos**  
Conforme descrito na nota 34, existem em 31 de dezembro de 2013 créditos tributários reconhecidos no ativo, no valor de R\$ 2,8 bilhões no Banco Panamericano S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro efetuada em dezembro de 2013, cujas premissas principais utilizadas foram os

indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Essas novas projeções para a realização desses créditos tributários foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2014. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

**Outros assuntos**  
**Demonstrações do valor adicionado**  
Examinamos também as demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2013 e consolidadas para o exercício findo nessa mesma data, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2014

**pwc**  
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC ZSP000160/O-5

**Edison Arisa Pereira**  
Contador CRC 1SP127241/O-0

### RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2013

Em cumprimento ao disposto no artigo 17, parágrafo 2º, da Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, o Comitê de Auditoria do Banco Panamericano S.A. apresenta resumo do seu relatório, para publicação com as respectivas demonstrações contábeis, onde evidencia as informações que considera relevantes para conhecimento de seus usuários.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê visaram, essencialmente, dar suporte às atribuições que lhes são cometidas regulamentarmente, como: avaliar a efetividade das auditorias, interna e independente, e dos sistemas de controles internos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramentos emanadas das auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e, revisar, previamente a publicação, as demonstrações contábeis e as demais notas explicativas.

Para formação da sua opinião a respeito, o Comitê considerou em suas análises observações colhidas nas diversas reuniões realizadas com áreas estratégicas da Instituição e nos relatórios produzidos sobre a situação dos controles, da contabilidade e do gerenciamento de riscos, assim como os

elaborados pelas auditorias interna e independente, além de manter-se atento a possíveis impactos decorrentes do comportamento da economia.

Nessa linha, registra que a manutenção do crédito tributário, a que se refere a Nota Explicativa nº 34, foi baseada na projeção de resultados tributáveis nos próximos dez exercícios. Para suportar os correspondentes registros contábeis, a Administração aprovou estudo técnico sobre a viabilidade da sua realização, o que dependerá da confirmação do processo de capitalização e das premissas utilizadas. Ante o exposto, e ainda, limitando suas responsabilidades à confiabilidade dessas informações, o Comitê de Auditoria, que iniciou suas atividades em setembro de 2013, considera que:

- os controles internos e de gerenciamento de riscos, muito embora em níveis que não comprometem a sua efetividade, apresentam deficiências que impõem a necessidade de revisão de processos e de melhorias na área de sistemas tecnológicos de informação, assim como na maior celeridade na correção de apontamentos;

- em relação a atuação das auditorias interna e independente, não se evidenciou fato relevante que tenha comprometido sua efetividade ou sua independência; e
- as demonstrações contábeis, individual e consolidada, e notas explicativas, o relatório da administração e o parecer da auditoria independente foram elaborados conforme a regulamentação vigente, refletindo em seus principais aspectos a situação do Banco.

São Paulo (SP), 17 de fevereiro de 2014

**Adilson Rodrigues Ferreira**  
Presidente

**Almir Meireles**  
Membro

### PARER DO CONSELHO FISCAL

a) no relatório do Comitê de Auditoria;  
b) na reunião com os auditores externos; e  
c) no relatório do Comitê de Auditoria.

Entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no exercício, e corroboram com a opinião do comitê de auditoria de que "os controles internos e de gerenciamento de riscos, muito embora em níveis que não comprometem a sua efetividade, apresentam deficiências que impõem a necessidade de revisão de processos e de melhorias na área de sistemas tecnológicos de informação, assim como na maior celeridade na correção dos apontamentos".

Os exames das demonstrações citadas foram complementadas, ainda, pela análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal,

mensalmente no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Diretoria de Controladoria e Compliance.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2014

**Paulo Roberto Salvador Costa**  
Daniela Maluf Pfeiffer  
Júlio Alexandre Menezes da Silva